

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Marina Prado Franco

Do enlace ao refazer-se fita: o divórcio e seus desdobramentos
na perspectiva dos filhos

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

SÃO PAULO

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

MARINA PRADO FRANCO

Do enlace ao refazer-se fita: o divórcio e seus desdobramentos
na perspectiva dos filhos

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Trabalho apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Helena Pereira Franco.

SÃO PAULO

2019

FRANCO, Marina Prado

Do enlace ao refazer-se fita: o divórcio e seus desdobramentos na perspectiva dos filhos, Marina Prado Franco, orientação: Marina Helena Pereira Franco, São Paulo, 2019.

77 fl.

Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica.

"From tying to untying the knot: divorce and its consequences from the children's perspective"

1. Divórcio parental; 2. Filhos; 3. Idade pré-escolar; 4. Fatores protetivos.

I. FRANCO, Maria Helena Pereira, orient.

Banca Examinadora

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a concessão de bolsa de estudos, a qual possibilitou o desenvolvimento deste trabalho - Número do processo: 130104/2017-5.

Dedico este trabalho a todos os pais que, apesar de terem passado ou estarem passando pela perda do divórcio, amam seus filhos acima de tudo e lutam para exercerem a função da parentalidade de forma plena em meio às mais diversas adversidades ou obstáculos que possam surgir. Pais que não são mais um casal, mas que serão para sempre pais!

AGRADECIMENTOS

Enfim... o parto acontece! Foram praticamente três anos de muita dedicação, estudo, curiosidades, aprendizados, alegrias, mas também de muito choro, desespero e alguns momentos de quase desistência, nos quais duvidei até mesmo de minha capacidade em terminar esse trabalho, esse “filho”. Mas, como um filho que é gerado por meses na barriga da mãe, tive meu momento de gestação e o vivenciei intensa e profundamente, com direito a suspiros de alegria e superação, mas também a gritos de agonia. Depois de muito crescer e aprender, venho agora apresentar meu “filho”, com um sentimento que não poderia definir melhor o atual momento: gratidão.

Gratidão a tudo e todos que colaboraram para que este fruto pudesse ser colhido, aliás, não só para que esse fruto pudesse ser colhido, mas desde o gerar desse fruto, sou grata a cada acontecimento e pessoa que passou por meu caminho e, de alguma forma, contribuiu para este momento que agora surge, momento de colheita.

Agradeço a Deus, primeiramente, pois sem essa fé que se fez/faz cada dia mais forte, eu, com certeza, não teria nem iniciado esse mestrado. Foi Deus que me deu coragem e força para cada passo, desde o primeiro, e talvez um dos maiores, o passo de sair de casa, sair da casa dos pais e vir morar em outro Estado, tão longe e tão diferente daquilo a que estava acostumada. Meu Deus, obrigada por tudo! Agora vem a minha mente cada missa, cada oração, o quanto meus joelhos foram ao chão para pedir e agradecer ao Senhor.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa de estudos concedida, que me trouxe um auxílio essencial para a realização deste trabalho.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por ser um ambiente, desde o começo, tão inspirador e acolhedor. A todos que fazem parte, então, dessa bela universidade, aos colegas de classe, a todos os professores com os quais convivi, aos funcionários da biblioteca, da xérox, da limpeza e das cantinas.

A professora Maria Helena Franco, minha orientadora, que, como bem sugere o nome, soube me orientar das mais diversas formas, nunca permitindo com que eu perdesse a direção e o sentido que me fazia estar ali. A senhora não imagina o quanto foi importante!! Com a senhora aprendi o verdadeiro sentido da palavra “Mestre”, obrigada!

Às professoras Valéria Maria Meirelles e Marlise Bassani, pelas excelentes contribuições oferecidas a meu trabalho e por contribuírem, inegavelmente, para meu crescimento profissional.

A meus pais, sinceramente, não tenho palavras nesse momento para descrever a importância para a finalização desse trabalho. Vocês são meu porto seguro e minha fortaleza diária, minha ausência de dúvidas e minha base segura. Só estou em São Paulo hoje e prestes a terminar um mestrado na PUC, graças a vocês! Agradeço a toda minha família, na realidade, sou daquelas que ainda acredita que “família é o bem mais precioso”, certamente, a MINHA família me fez ter essa crença e carregá-la comigo até hoje. Obrigada meus irmãos, meus tios/tias e primos pelas palavras de apoio.

A meu noivo, que também foi um dos protagonistas na finalização desse trabalho. Você foi um presente em minha vida que surgiu em meio e, como costumamos dizer, por conta desse mestrado. Sem essa ideia de fazer um mestrado e vir morar em São Paulo, talvez, não tivéssemos nos encontrado. Obrigada por existir e fazer tudo que faz por mim!

Aos amigos tanto de Aracaju, como os que tive oportunidade de conhecer aqui em São Paulo, obrigada, obrigada, sem vocês essa caminhada não teria o mesmo colorido que teve e haveria, com certeza, maiores e mais pesadas “pedras no caminho”.

A minha psicóloga, pelo suporte emocional único e eficiente! Muito obrigada!

À revisora deste texto que, mesmo sem a conhecer direito, mostrou-se tão atenciosa e acolhedora durante esse processo.

A família entrevistada que, mesmo sem receber nada em troca, foi tão solícita e receptiva comigo e com a minha pesquisa.

Enfim, obrigada, Vida, por me permitir fechar mais um importante e inesquecível ciclo!

Poema que o alienador não leu

*É possível que eu já não te queira mais,
Como você a mim. Não é o que importa.
Dá dor e dói, mas a dor se suporta,
Nem que seja preciso analgizar.
É possível que apenas um de nós
Não queira ao outro e isso inda é mais triste,
Deixando num dos dois a frustração,
No outro, um fogo fátuo de alívio,
Pelo desmoronar do duplo sonho.
O que não é possível é que nos acusemos,
Que nos apontemos, dedo em riste,
Que nos fulminemos com o olhar,
Esquecendo tudo o que de bom houve.
O que não é possível é que nos destruamos,
A nós, que, em outros tempos, nos amamos,
E cada qual, a si, pra ver o outro morto,
Desmerecendo os braços que, um dia, foram um porto,
Jogando pelo ar tudo o que construímos.
E construímos mais que sonhos, nessa estrada,
Transportamos amor por esses trilhos,
Deixamos marcas, por onde passamos,
E a mais viva delas são os nossos filhos.
Que continuarão nossos, vida toda,
Precisando de nós, em cada idade,
Como seu norte e bússola, rumo à felicidade,
Sua rosa-dos-ventos, o seu cais.
Seremos pai e mãe por todo o sempre,
Mesmo entrando pro rol dos ex-casais.
Isso nada nos tirará, nem mesmo a morte,
Relação eterna e sem corte,
Que a nossos filhos só beneficiará.
Se fomos meio de procriação,*

*Que na criação sejamos timoneiros,
Guiando com firmeza, a quatro mãos,
O barco da vida dos nossos herdeiros.
E até que, sós, o possam conduzir,
E, para sempre, em evento, idade ou estado,
Possamos nós, ainda que ex-casal,
Enquanto pais, andarmos, lado a lado.*

Verônica Cezar Ferreira, 2016

FRANCO, Marina. Do enlace ao refazer-se fita: o divórcio e seus desdobramentos na perspectiva dos filhos. 2019. 77 fl. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

O divórcio apresenta-se com uma frequência crescente na última década no Brasil, e implica consequências para todos os membros do sistema familiar, principalmente, para os filhos. Este estudo teve como objetivo compreender como a criança percebe as mudanças em sua vida no ambiente familiar, após o divórcio parental. Foi realizado um estudo de caso qualitativo com um casal e sua filha, com 7 anos de idade. Realizou-se uma entrevista semiestruturada com cada um dos pais e, com a criança, uma adaptação da Entrevista Familiar Estruturada (FÉRES-CARNEIRO, 1997) criada pela autora do estudo em questão. Os pais estavam separados há cerca de 17 meses, advindos do primeiro divórcio. Os resultados foram submetidos à análise de conteúdo das informações provindas das referidas entrevistas. Dessa análise, construíram-se as categorias: processo de separação; saúde dos pais; parentalidade pós divórcio; relacionamento entre os ex-cônjuges; mudanças na rotina e no ambiente familiar. Foram confirmados estudos que afirmam que a separação em si não é o principal fator a influir sobre problemas de ajustamento que as crianças com pais divorciados venham a ter, e sim, a maneira de conduzir essa fase de transição pelos pais. O bem-estar parental, as práticas parentais responsivas às necessidades da criança e a ausência de conflito interparental são os principais fatores protetivos para a adaptação infantil a esse processo. No presente estudo, em relação ao processo de separação em si, a criança tem entendimento do que aconteceu e mantém uma visão positiva sobre sua vida após o divórcio, relata apenas saudades do pai, por viver longe. A forma como os pais lidaram com o processo de divórcio, que foi amigável e preocupada com o bem-estar da filha, permitiu esta resposta adaptativa. Em relação à saúde dos pais, apesar do pai viver a separação com sofrimento, tendo recorrido a suporte profissional de psicólogo e psiquiatra, isso não parece ter afetado a criança, que não comenta sobre o mal-estar parental. Quanto à relação entre os pais e as mudanças na rotina do ambiente familiar, a filha também apresenta respostas adaptativas, com foco no lado positivo das situações novas. A única mudança a que ela dá destaque é o sentimento de tristeza por estar longe do pai. Ela vê o relacionamento dos pais com conversas cordiais quando se encontram. Dessa forma, há possibilidade de adaptação saudável para crianças em idade pré-

escolar frente ao divórcio parental quando cuidados parentais com qualidade, proteção e carinho para a criança e bom relacionamento entre os pais têm função de fatores protetivos.

Palavras-chave: Divórcio parental. Filhos. Idade pré-escolar. Fatores protetivos.

ABSTRACT

Divorce has been increasing in the last decade in Brazil and implies consequences for all members of the family system, especially for the children. This study aimed to understand how the child perceives the changes in his / her life in the family environment after parental divorce. A qualitative case study was carried out with parents and their 7-year-old daughter, consisting of a semi-structured interview with each of the parents and, with the child, an adaptation of the Structured Family Interview (FERES-CARNEIRO, 1997) by the author of the study in question. The parents were separated about 17 months ago, with the parents coming out of the first divorce. The results were submitted to content analysis of the information from the interviews with the parents and the child. From this analysis, the following categories were constructed: separation process, parental health, parenthood after divorce, relationship between former spouses, changes in routine and family environment. Studies have confirmed that separation itself is not the main factor influencing adjustment problems that children with divorced parents may have, but rather the way to conduct this transition phase by parents. Parental well-being, parental practices responsive to the needs of the child, and lack of interparental conflict are the main protective factors for child adaptation to this process. In the study in question, in relation to the separation process itself, the child has a clear understanding of what happened and maintains a positive view about his or her life after the divorce, reports only one longing for the father, for living away. The way the parents dealt with the divorce process, which was friendly and concerned about their daughter's well-being, enabled this adaptive response. Regarding the health of the parents, although the father lives the separation with suffering, having resorted to professional support of psychologist and psychiatrist, this does not seem to have affected the child, who does not comment on the parental malaise. As for the relationship between parents and changes in the routine of the family environment, the daughter also presents adaptive responses, focusing on the positive side of new situations. The only change she highlights is the feeling of sadness about being away from her father. She sees the parents' relationship with friendly conversation when they meet. Thus, there is a possibility of healthy adaptation for preschool children facing parental divorce when parental care with quality, protection and affection for the child and good relationship between the parents have a function of protective factors.

Key words: Parental divorce. Children. Pre-school age. Protective factors.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO 1 - O ENLACE 17

1.1 A escolha do parceiro 17

1.2 O casamento à moda antiga 18

1.3 O casamento na contemporaneidade 21

CAPÍTULO 2 - A GERAÇÃO DAS FITINHAS 23

2.1 O desenvolvimento humano e suas perspectivas de estudo 23

2.2 A criança da fase pré-escolar em desenvolvimento 24

2.3 As influências do contexto no desenvolvimento da criança 28

CAPÍTULO 3 - O DESENLAÇAR 30

3.1 O crescente número de divórcios 30

3.2 O divórcio como luto e seus desdobramentos 34

CAPÍTULO 4 - O REFAZER-SE FITA 36

4.1 O pós-divórcio e seus desdobramentos 36

4.2 Parentalidade no divórcio 38

4.3 Fatores de proteção e reações da criança frente ao divórcio parental 39

CAPÍTULO 5 - OBJETIVOS 43

CAPÍTULO 6 – MÉTODO 44

6.1 Participantes 44

6.2 Local 44

6.3 Procedimento 45

6.4 Procedimento de coleta 45

6.5 Procedimento de Análise de dados 46

6.6 Procedimentos éticos 47

CAPÍTULO 7 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	48
7.1 Categorias analisadas.....	48
7.1.1 Processo de separação	48
7.1.2 A saúde dos pais	53
7.1.3 Parentalidade pós-divórcio	54
7.1.4 Relacionamento entre os ex-cônjuges	55
7.1.5 Mudanças na rotina no ambiente familiar	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE A	72
APÊNDICE B	73
APÊNDICE C	74
APÊNDICE D	75
APÊNDICE E	76

INTRODUÇÃO

Quando escolhi entrar no Núcleo de Família e Comunidade da Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, coloquei como prioridade meu interesse num maior conhecimento acerca da Psicologia do Desenvolvimento e de temas relacionados à família e infância.

Desde a graduação, interessei-me por estudar vários autores que discutiam sobre a infância, como Bowlby, Piaget, McGoldrick, Shaffer. Minha monografia, com o título “A chegada do segundo filho e as mudanças na dinâmica familiar”, proporcionou um primeiro contato com a abordagem familiar sistêmica no que se refere ao entendimento dessas mudanças que ocorrem no ciclo de vida familiar, as quais afetam todos os envolvidos no sistema. Então, comecei a me interessar pelos diferentes tipos de mudanças, aos quais a família poderia passar e que trariam uma necessidade de readaptação familiar. Dentre essas mudanças, pensei que as perdas sofridas por um ou mais dos membros que compõem o sistema familiar poderiam trazer muito sofrimento, inicialmente, para todos, mas que também poderiam se tornar um ponto de partida para um posterior crescimento desses indivíduos. Certamente esses eventos poderiam ser bastante interessante para ser estudados.

Ao se considerar que as perdas familiares são muito comuns atualmente, o divórcio é um evento que tem se tornado cada vez mais frequente e de grande impacto. Assim, busquei estudar o divórcio, com foco na infância.

Em conformidade com os estudos de Minuchin (1982), a família é vista como um sistema, no qual o todo é maior que a soma das partes, e é composta por vários subsistemas. Quando ocorre um divórcio, o sistema familiar será afetado como um todo, sendo esse impacto sentido mais fortemente pelo fato de ser protagonizado pelos progenitores, ou seja, não apenas pela perspectiva conjugal, como também pela parental.

Portanto, pode-se pensar que na família, uma das partes mais atingidas com esse evento são os filhos, sendo que a existência de pais funcionais pode ajudar os pequenos a viverem essa transição de uma forma tranquila.

Foi pensando nesta problemática que o presente trabalho buscou compreender como a criança percebe as mudanças em sua vida no ambiente familiar, após o divórcio parental.

Nos dias atuais, séc. XXI, o casamento ainda é uma das metas de vida de um grande número de indivíduos que buscam, por meio dele, constituir uma família. Porém, este vínculo interpessoal tem passado por mudanças.

A motivação para o casamento é uma das principais mudanças percebidas, visto que, até o século XIX, o casamento era tido como um negócio, onde contratos comerciais eram feitos entre os progenitores, dessa forma havia a necessidade de obediência às expectativas sociais das famílias. Esse entendimento do ato de se casar trazia como consequência direta a premissa da indissolubilidade. Esta situação é incabível nos dias atuais, no mundo ocidental, visto que, a partir do século XX, os casamentos passaram a ser realizados, predominantemente, por amor, em decorrência dos sentimentos que os noivos nutriam um pelo outro (RAMOS & NASCIMENTO, 2008).

Além disso, Singly (1993) aborda a importância das características individualistas presentes na família e casal atuais, os quais valorizam cada vez mais a qualidade das relações estabelecidas entre seus membros. A perpetuação da relação está diretamente ligada a existência de prazer e a utilidade desta para os cônjuges. Dentro dessa mesma linha de raciocínio, Santos (2013) defende que expressões preconceituosas que eram utilizadas, como mulher separada, não são mais mencionadas, justamente, pois, nos dias atuais, a ideia de indissolubilidade do casamento perdeu o sentido e quando infelizes no casamento os cônjuges se separam.

Esta nova mentalidade, porém, irá propiciar o surgimento do divórcio, pois, a escolha afetiva que orienta a busca de um parceiro para esta união amorosa traz consigo expectativas diversas criadas pelo casal, entre elas: buscam-se companheiros cada vez mais compreensivos, respeitosos, confiáveis, bonitos, bem-sucedidos. Assim, quando essas expectativas são frustradas, põe-se em dúvida a questão da continuidade do casamento ou não. Então, muitos divórcios surgem.

A necessidade de uma reorganização familiar, portanto, pode ser fonte de sofrimento para todos os integrantes da família, incluindo os filhos. Essas descobertas, assim, justificariam nossa escolha em pesquisar no presente estudo crianças pequenas, as quais, talvez com a presença de pais atentos, e que oferecem um ambiente de compreensão e cuidados consistentes, possam se sentir seguras, não ameaçadas e ansiosas, com uma adaptação positiva frente ao divórcio parental.

CAPÍTULO 1 - O ENLACE

Por enlace, um entendimento inicial aponta para o unir-se do casal, mais propriamente, sobre o casamento.

O conceito e a compreensão daquilo que se nomeia casamento passou por várias mudanças no decorrer do tempo. O presente trabalho debruçou-se sobre o estudo do processo de desenvolvimento deste conceito a partir, principalmente, de uma ênfase psicológica e jurídica, dentro de um referencial brasileiro. Este interesse pelo estudo da conjugalidade e da família deu-se, justamente, devido às grandes e constantes mudanças que vêm ocorrendo desde meados do século XX até os dias de hoje, as quais trouxeram vários modos de se relacionar com arranjos os mais distintos possíveis.

1.1 A escolha do parceiro

Antes de iniciar a abordar o tema do casamento e seu histórico, tornou-se importante uma reflexão acerca da escolha do parceiro (e as variáveis envolvidas) e da formação do casal. Segundo Ângelo (1995), a escolha de um parceiro ou cônjuge envolve o que definiu como atenção seletiva e desatenção seletiva, pois, de forma inconsciente, quando conhece alguém, o indivíduo tende a perceber elementos específicos de seu interesse e a não notar outros elementos que poderiam ser determinantes para uma relação difícil no futuro. Isso ocorre devido à interferência de aspectos históricos da vida pessoal da pessoa envolvida (valores, entre outros) e da história de sua família de origem na seleção desses parceiros.

McGoldrick (1995) amplia essa ideia, pois acredita que é a partir do ciclo de vida familiar que o indivíduo tem suas experiências e vive seu ciclo vital. Segundo a autora, existem dois fluxos familiares presentes no processo de escolha dos parceiros: o fluxo vertical e o horizontal. O fluxo vertical diz respeito aos padrões e valores familiares transmitidos intergeracionalmente. “Podemos dizer que são como a mão que nos maneja: eles são os dados. O que fazemos com eles é problema nosso”. (MCGOLDRICK, 1995, p.11). Ao falar do fluxo horizontal, esse estaria ligado à ansiedade produzida pelos estresses que advêm da vivência de aspectos desenvolvimentais acidentais ou esperados, como morte, divórcio, perda de emprego, entre outros.

Ângelo defende também que fatores, como contexto e tempo em que ocorre o encontro, podem orientar para uma escolha ao invés de outra. É, então, o contexto atual que determina quais os elementos da trama, quais as funções e quais as tentativas de solução serão

adotados, embora reconhecendo um traçado de fundo, como uma trilha sonora sobre o qual se elabora uma série de variações sobre o tema (ANGELO, 1995, p.49).

Sob essa perspectiva, entende-se que quando se fala em escolha de parceiros para um relacionamento conjugal, por exemplo, para um casamento, variáveis inconscientes sempre estão presentes. Mesmo nos dias de hoje, em pleno século XXI, quando cada vez mais é valorizada a liberdade de escolha e as constantes mudanças que aconteceram e acontecem dentro do que se entende como vida conjugal contemporânea, fatores não diretamente observáveis estão em jogo na escolha de um parceiro amoroso. Nesse sentido, Zordan, Falcke e Wagner (2009) complementam essa ideia ao apresentarem os motivos, as expectativas e as práticas presentes nos casamentos nas mais diversas conjugalidades, que variam conforme o contexto sócio-histórico-cultural e a etapa desenvolvimental em que os sujeitos se encontram dentro do ciclo vital.

Hoje, os integrantes do casal tendem a não continuar em relacionamentos sem que existam felicidade, prazer, compreensão mútua e companheirismo (FÉRES-CARNEIRO, 1998; STRAUBE, GOLÇALVES & CENTA, 2003).

Essas necessidades e valores buscados são produtos do contexto e etapa desenvolvimental no qual se encontra o casal e também obedecem a padrões transgeracionais revistos.

1.2 O casamento à moda antiga

A definição dada pelo dicionário (Ferreira, 2010) indica que o casamento é “um ato solene de união entre duas pessoas de sexo diferentes, capazes e habilitadas, com legitimação religiosa e, ou, civil”. Nessa definição, porém, nota-se uma dissonância em relação ao que se observa na realidade atual. Nos dias de hoje, existem modelos vários de conjugalidades possíveis (casais homossexuais e heterossexuais, casais que dividem as tarefas domésticas e profissionais, casais que não querem ter filhos, casais que não coabitam, entre outros) e uma enorme fluidez nos relacionamentos, o que torna muito difícil a existência de uma única definição para aquilo que entendemos como casamento.

Porém, em meio a essa infinidade de possibilidades atuais, o que se constata é que nem sempre foi assim. Ao tomar a Bíblia como referência, nota-se que os casamentos ocorriam entre pessoas da mesma família, os homens poderiam ter mais de uma mulher (desde que pagassem um valor), a esposa era propriedade do marido e o casamento consumava-se com dinheiro e presentes dados à família da noiva. O divórcio só era uma

possibilidade para o marido em caso de desobediência, infertilidade e adultério feminino (MARTINS, 2012; YALOM, 2002).

Segundo Yalom (2002), entre os gregos, o casamento continuava a ser visto como um negócio, selado entre pai da noiva e o noivo, no qual este se tornava guardião da esposa e com direitos distintos em relação a aqueles que eram concedidos à esposa. Defende ainda que, somente a partir do povo romano é que começa a existir o consentimento pela mulher. Era o início de um novo caminho que foi traçado, lentamente, pelas mulheres. Assim, desde a Antiguidade até a Idade Média eram os pais os responsáveis pelo casamento dos filhos. Para Del Priore (2005, p.26), o casamento se resumia a uma instituição para transmitir patrimônio. Nesse modelo de casamento, o funcionamento familiar era claro e rígido, nele o homem era o detentor do poder e o resto da família, mulher e filhos exerciam o papel de obediência. Instalava-se aí a assimetria de poder na qual existia um polo formado por quem domina *versus* quem é dominado (submisso) (ARIÈS, 1981; PASSOS, 2015).

Com a expansão do cristianismo, no início do século V, a igreja passa a ter poder e controle sobre o casamento. O casamento tornou-se um sacramento só em meados do século XII e no século seguinte casar na igreja tornou-se uma prática comum. Nessa época, com o surgimento da moral cristã, o casamento era indissolúvel e monogâmico. O objetivo do matrimônio era a reprodução, com a sexualidade vista como obrigação. Assim, o ideal nesse contexto era que este tipo de união trouxesse bem-estar ao casal e aos filhos (ARAÚJO, 2002). Del Priore (2007) afirma dentro disso que, no passado, o casamento estava longe de ser um local de encontro amoroso entre mulheres e homens.

No século XII, houve o surgimento do amor no Ocidente, por meio do amor cortês propagado pelos trovadores na época. Segundo Del Priore (2005), o amor cortês exaltava a relação amorosa carnal e espiritualmente, porém de forma idealizada.

Com a Reforma Protestante, as relações foram se tornando pouco a pouco mais igualitárias, com um maior companheirismo e uma crescente importância dada a satisfação sexual mútua (YALOM, 2002; MACFARLANE, 1986).

A partir do século XVIII, com a chegada da modernidade, saída dos campos e início da urbanização, ocorrem enormes mudanças no casamento. Surge o ideal de amor romântico que se torna o objetivo de todas as pessoas que buscam o casamento. Giddens (1993, p. 48) menciona o amor apaixonado “como a expressão de uma conexão genérica entre o amor e a ligação sexual”. Esse mesmo autor defende que o amor romântico irá ter algumas semelhanças com o que se entende por amor apaixonado, porém com o acréscimo da moral cristã.

Cunha e Silva (2013) acreditam que o amor romântico tenha propiciado o surgimento de um novo modelo de família, a nuclear, com a existência da criança como centro da família, a maternidade, o pai como responsável pelo sustento da casa, responsável por manter o amor entre os cônjuges, entre outras características.

Em relação ao Brasil, o funcionamento não era muito diferente. Durham (1982) sugere, inicialmente, para a devida compreensão do termo, uma divisão entre o que seria família, grupo de parentesco, grupo doméstico e unidade residencial. Naquela época, a autora definia a família como “grupos sociais, estruturados por meio de relações de afinidade, descendência e consanguinidade, que se constituem como unidades de reprodução humana” (DURHAM, 1982, p.32). Dessa forma, quem não tivesse ligação sanguínea não pertenceria a uma família em específico. Ainda em conformidade com seu entendimento, o termo família está atrelado à ideia de instituição, pois é um grupo organizado a partir de regras específicas. A noção de parentesco está relacionada a um modo mais amplo de ordenação, havendo aí a regulação das relações entre famílias, o que determina formas de herança e sucessão. Por fim, considerar os grupos domésticos e residenciais, a autora defende que a família, por se tratar de uma unidade de reprodução, se constituiria, em parte, como pertencente a esses grupos.

Desde a época do Brasil Colônia, já existia variedade nas composições familiares, porém Durham (1982) afirma que nessa época apesar dessas variações, o que as unia era o ressaltar da importância central do núcleo conjugal. Esse modelo de família centrado na relação conjugal, que impediu a emergência de modelos alternativos de família por meio da destruição, sob controle da Igreja, do Estado e das classes dominantes, das formas familiares próprias das culturas indígenas e negras. O modelo legítimo, então, torna-se aquele que é derivado da cultura portuguesa, “marcada pela valorização da intimidade e da maternidade” (D’INCAO, 2002, p. 223) E vem sendo adaptado ao modelo de família patriarcal existente anteriormente no Brasil.

Esse modelo, entretanto, só conseguiu instalar-se nas classes dominantes como forma de regulamentar a procriação, assegurando a herança e a sucessão. No que se refere aos homens, não se fez valer como controle da sexualidade, estes se envolviam com mulheres de classes sociais mais baixas por meio de concubinato, uniões consensuais ou prostituição (DURHAM, 1982).

Assim como ocorreu na Europa, no Brasil, com o início da industrialização, se apresentam os ideais de amor romântico e a possibilidade de satisfação do impulso sexual e afetivo pelo casamento.

1.3 O casamento na contemporaneidade

A contemporaneidade, conceito introduzido por Lyotard em 1979, remete a uma condição completamente diferente daquela que ocorria até meados do século XX, na época do Modernismo. Vem como um questionamento e reformulação de ideias prévias devido às constantes mudanças que começaram a ocorrer na sociedade (HENNIGEN, 2007). Segundo este autor, então, em um caminho oposto ao projeto da modernidade (o qual prevê um ser humano racional e capaz de desvendar os mistérios da natureza com procedimentos científicos objetivos), a contemporaneidade é marcada pela ênfase na necessidade de pensar a história como algo não-linear, de contextualizar fenômenos, de entender o conhecimento como uma construção e não como verdade absoluta, entre outras características.

Sendo assim, somente em meados do século XX, por volta dos anos 1960, com mudanças que ocorreram devido aos avanços no processo de urbanização e às duas Guerras Mundiais, o que obrigou as mulheres a saírem de casa e propiciarem vários novos acontecimentos ligados à emancipação feminina, como: a conquista do voto, o trabalho fora de casa e a sexualidade livre (com o surgimento da pílula anticoncepcional) é que o modelo de família e conjugalidade vivenciado passa a ser revisto e paulatinamente modificado (SOUZA e RAMIRES, 2006). Isto gera na contemporaneidade uma convivência de antigos e novos modelos, com mudanças que não ocorrem linearmente, o que traz contradições e paradoxos (BORGES e MAGALHÃES, 2013).

O século XXI é caracterizado pela enorme variedade de arranjos conjugais. Não há mais um modelo único, claro e definido a seguir; muito se espera dessa relação, que foi sendo investida ao longo dos anos dos mais diversos ideais. Tudo se espera da relação conjugal: felicidade, amor, paixão, amizade, companheirismo, ajuda mútua, satisfação sexual, autor realização, segurança emocional e financeira (NORGREN, 2002, p. 28).

Entre as mudanças percebidas, com essa variabilidade de arranjos conjugais, estão: a não necessidade de formalização da união, a facilidade do divórcio e o desaparecimento das desigualdades entre os cônjuges (MAGALHÃES e FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Com a emergência de elementos próprios da cultura do consumismo, imediatismo e valorização do individualismo, as relações tornam-se mais frágeis e descartáveis. Bauman (2004) chamou isso de “amor líquido”. Observamos várias modalidades de encontros amorosos que partem dessa premissa da descartabilidade e velocidade. Bauman (2008) também aborda essa questão da volatilidade vivenciada pelo casal contemporâneo quando

expressa a inconstância na forma como o laço é definido, sem vínculos, sem necessidade de oficialização.

Nota-se, porém, uma contradição existente nos dias de hoje, pois, apesar dos indivíduos buscarem vínculos mais rápidos e menos cristalizados, ainda existe o desejo de um relacionamento que perdure. Assim, um dos principais conflitos que podem ser vivenciados nos relacionamentos atuais é o receio dos indivíduos de perderem sua independência e liberdade por estarem envolvido em um relacionamento amoroso (BORGES; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2014).

Dessa forma, assim como já defendia Ângelo (1995) sobre a importância da transgeracionalidade para a escolha do parceiro, Almeida (2014) também discorre sobre a importância do legado familiar para a construção do vínculo conjugal, podendo enriquecer essas relações ou aprisionar os cônjuges nessas experiências passadas. Assim, esse mesmo autor supõe que a sabedoria do amor estaria em conciliar nossas expectativas sobre as possibilidades e capacidades do outro em se adequar ao que se busca e respeitar suas limitações e características individuais.

Com prós e contras, é inegável a possibilidade de vivenciar uma gama muito maior de possibilidades de expressão do amor, com modelos e valores em relação ao casamento e a vida modificados. Porém, a influência de modelos tradicionais ainda se faz presente, com jovens que ainda buscam se casar (JABLONSKI, 2011). É devido a essa coexistência do contemporâneo e do moderno que surge o termo *customizado* para relacionamentos atuais que trazem essa ideia de particularidade (AMORIM, STENGEL, 2014).

Com essa ideia mista em que se valorizam tanto aspectos tradicionais, tal qual a ideia do romantismo, como valores relacionados à fluidez e descartabilidade das relações amorosas, percebe-se uma gama de possibilidades ao vivenciar esse sentimento base - o amor. Essas possibilidades incontáveis de formas de se relacionar podem propiciar a existência de maior flexibilidade no que diz respeito, por exemplo, à possibilidade ou não de ter filhos e à continuidade ou não dos relacionamentos, o que poderia acarretar maior número de relações intensas e fluídas, que se desfazem em curtos períodos de tempo, com o surgimento, então, de inúmeros divórcios e filhos desses divórcios.

CAPÍTULO 2 - A GERAÇÃO DAS FITINHAS

Ao se considerar o termo enlace como a ação derivada do ato de enlaçar, ou seja, unir com um laço. Nesse capítulo foi dada atenção especial às fitinhas, imagem metafórica para os filhos que surgem a partir desses laços (enlaces), muitas vezes fluídos, característicos da contemporaneidade. Assim, foram abordadas questões relacionadas ao desenvolvimento infantil, especificamente, ao desenvolvimento na fase pré-escolar.

Procurou-se estabelecer uma discussão sobre as diferentes perspectivas do processo de desenvolvimento humano. Após isso, uma apresentação global do desenvolvimento infantil padrão dessa faixa etária, com foco no desenvolvimento cognitivo e psicossocial da criança pequena.

Encerrou-se essa discussão com uma explanação sucinta a respeito da influência do contexto infantil no desenvolvimento das crianças.

2.1 O desenvolvimento humano e suas perspectivas de estudo

A ideia de desenvolvimento humano está ligada a uma evolução pela qual os seres humanos passam durante seu ciclo vital. Essa evolução é variável e se dá em vários aspectos: afetivo, cognitivo, social e motor (RABELLO, PASSOS, 2013). Esses autores declaram que essa evolução é determinada tanto por processos genéticos, como pelo meio (família, cultura, sociedade, e demais interações humanas). As diferentes visões teóricas provêm do predomínio de um maior grau de influência da maturação biológica ou da aprendizagem com o meio para o desenvolvimento humano.

Segundo Ribeiro (2005), existem na Psicologia do Desenvolvimento, as seguintes perspectivas de estudo:

- Ambientalista - tem como defensores Skinner e Watson, acredita que a criança é como uma tabula rasa assim que nasce, a qual aprende a partir de reforços do ambiente e imitação.

- Inatista - tem como grande representante Chomsky, as crianças já nascem com sua estrutura biológica pronta e o ambiente só serve como um disparador.

- Construcionista – tem como ícone Piaget, que entende que o desenvolvimento provém da interação entre as aquisições da criança a partir do meio e da maturação biológica.

- Sociointeracionista – representada por Vygotsky, que acredita que o desenvolvimento humano se dá a partir de trocas sociais.
- Evolucionista - sofreu influência da teoria de Fodor, segundo a qual o desenvolvimento humano é produto da interação de elementos genéticos e ecológicos, considerando as experiências do próprio indivíduo em questão.
- Psicanalítica - composta por nomes como Freud, Klein, que entendem que o desenvolvimento humano provém de conflitos internos entre aspectos conscientes e inconscientes.

Entre essas teorias ou abordagens, no presente estudo deu-se ênfase a perspectiva construcionista e a bioecológica de Bronfenbrenner, a qual, segundo Tudge (2008) enquadra-se parcialmente na perspectiva contextualista, pois avança ao considerar a interconexão entre contexto e indivíduo.

2.2 A criança da fase pré-escolar em desenvolvimento

Ao considerar o entendimento do desenvolvimento infantil como essencial, pois, este é a base para a formação total do indivíduo no futuro, Marchão (2003, p. 14) comenta que “as primeiras etapas da vida de uma criança devem permitir uma estabilidade afetiva e uma facilitação de aprendizagens significativas”. Portugal (2011, p.5) também traz uma explicação a respeito do que um desenvolvimento infantil irá demandar, segundo a autora as necessidades básicas de toda criança envolvem:

Tabela 1 - Necessidades das crianças asseguradas pelas experiências e rotinas diárias
Fonte: Portugal, 2011, p.5

Necessidades das crianças	Experiências proporcionadas
Físicas	Funções básicas de sobrevivência (comer, beber, dormir, regular a temperatura, movimentar e descansar)
Afetuosas	Proximidade física, ligações afetivas, relações calorosas e atentas (beijar, abraçar, mimar)
De segurança	Referências e limites, confiança, poder contar com os outros, clareza
De reconhecimento e afirmação	Sentimento de ser aceito e apreciado, escutado e respeitado perante um grupo.
De competência	Sentir que é capaz, alcançar objetivos, ter sucesso, procurar desafios.
De significados e valores	Percepção de sentido, sentimento positivo em relação a si próprio e em relação aos outros/mundo (melhorar a autoestima e o autoconceito)

Em relação às mudanças ocorridas dos 2 aos 6 anos, uma das principais características desse período de desenvolvimento é a expansão do pensamento simbólico, porém, ainda sem a presença da lógica. Bee (2003) ressalta que para Piaget o desenvolvimento cognitivo das crianças dos dois aos seis anos é marcado pela aquisição da habilidade do uso de símbolos em muitos aspectos dos comportamentos infantis, por isso Piaget (1968) chama essa fase de Estágio Pré-Operacional.

Piaget (1968) afirmava também a existência de um egocentrismo das crianças nessa idade, pois, declarava a presença de um pensamento rígido, capturado pelas aparências e que tinha como referência a própria perspectiva (BEE, 2003). Segundo esse autor, o foco na aparência levaria as crianças pequenas a não entenderem a ideia de conservação, pois, não se fixavam no aspecto fundamental não modificado.

Estudos mais recentes questionam alguns dos pensamentos de Piaget, principalmente, em relação ao egocentrismo. Flavell et al. (1990) afirmaram sobre a capacidade da criança de assumir perspectivas alheias em dois níveis. No primeiro, a criança sabe que a outra pessoa tem uma experiência de modo diferente, e no segundo nível, a criança tenta detectar o que a outra pessoa vê ou experencia. Crianças de quatro e cinco anos já estão no nível dois.

Piaget (1968) também não discute sobre um tópico mencionado na área da Psicologia do Desenvolvimento que está relacionado à Teoria da Mente. Esta está ligada, justamente, à capacidade da criança de desenvolver teorias sobre os desejos e crenças dos outros e como eles afetarão seu comportamento (ASTINGTON, GOPNIK, 1991; GOPNICK, WELLMAN, 1994). Após três décadas de estudos sobre a compreensão social nas crianças, hoje, existe o conhecimento de que, desde recém-nascidas, as crianças já começam a esboçar uma possível leitura da mente, para além daquilo que é visível somente aos olhos (WELLMAN, 2014; MILLER, 2016). Bee afirma que uma criança de três anos não entende que as pessoas agiram de acordo com o que elas acreditam ou sentem, mesmo que estejam equivocados ou que aquilo em que acreditam difere daquilo que realmente acontece. Esse aspecto da leitura mental parece aparecer somente por volta dos quatro ou cinco anos. Nesta idade, porém, as crianças ainda não entendem o que as pessoas pensam sobre ela (BEE, 2003).

Uma habilidade necessária para o surgimento de uma teoria da mente é a leitura das emoções dos outros e, por volta dos quatro anos, as crianças adquirem uma extensão no seu vocabulário que as permite conhecer uma série de expressões faciais (BEE, 2003). Dunn (1994) também relata que exatamente nesse período as crianças começam a regular suas emoções, ao internalizarem proibições e instruções.

Uma breve esquematização do que foi exposto acerca do desenvolvimento cognitivo de crianças na fase pré-escolar é feita por Papalia & Feldman (2013):

Tabela 2: Avanços cognitivos durante a idade pré-escolar
Fonte: Papalia & Feldman (2013, p. 259)

Avanço	Significância	Exemplo
Uso de símbolos	As crianças: - não precisam estar em contato sensorio-motor com um objeto, pessoa ou evento para pensar neles. - podem imaginar que objetos ou pessoas têm outras propriedades além das que realmente têm.	Simon pergunta à sua mãe sobre os elefantes que viu na ida ao circo vários meses atrás. Rolf faz de conta que uma fatia de maçã é um aspirador de pó “limpando” a mesa da cozinha.
Compreensão de identidades	As crianças têm consciência de que alterações superficiais não mudam a natureza das coisas.	Antônio sabe que seu professor está vestido de pirata, mas ele ainda é seu professor que está sob a vestimenta.
Entendimento de causa e efeito	As crianças percebem que os acontecimentos têm causa.	Ao ver uma bola rolar por trás do muro, Aneko olha por cima do muro para ver a pessoa que a chutou.
Capacidade de classificar	As crianças organizam objetos, pessoas e eventos em categorias significativas.	Rosa classifica as pinhas que coletou em um passeio no parque em duas pilhas : “grandes” e “pequenas”.
Compreensão de números	As crianças sabem contar e lidar com quantidades.	Lindsay reparte suas balas com as amigas, contando para certificar-se de que cada uma receba a mesma quantidade.
Empatia	As crianças tornam-se mais capazes de imaginar como os outros podem se sentir.	Emílio tenta consolar seu amigo quando vê que ele está chateado.
Teoria da mente	As crianças tornam-se mais conscientes da atividade mental e do funcionamento da mente.	Blanca quer guardar alguns biscoitos para si mesma, de forma que os esconde de seu irmão em uma caixa de macarrão. Ela sabe que os biscoitos estarão seguros lá, porque seu irmão não procurará em um lugar onde ele não espera encontrar biscoitos.

Em relação ao desenvolvimento psicossocial, Bowlby (1988, p.3) já declarava que “ a propensão a estabelecer sólidos vínculos emocionais com determinados indivíduos [é] um componente básico da natureza humana, já presente de forma germinal no neonato”. Porém,

esses relacionamentos tinham um valor ligado à necessidade de sobrevivência do bebê. Nos textos de Bowlby (1997) e Ainsworth (1989), os principais conceitos são: comportamentos de apego, vínculo e apego. Segundo Ainsworth (1989, p.711), o vínculo “é um laço relativamente duradouro em que o parceiro é importante como indivíduo único e não pode ser trocado por nenhum outro”. Bee (2003) fala que o apego é uma variedade do vínculo afetivo, na qual a pessoa sente-se segura devido ao relacionamento que tem com alguém específico. O comportamento de apego apresenta-se naquelas ações que buscam manter proximidade com a pessoa a qual se é apegado (por exemplo, chorar, olhar). Para o desenvolvimento de um apego seguro, Bee (2003, p. 351) afirma que o vínculo inicial deve ser composto por pais responsivos às necessidades da criança, no qual pais e bebê “desenvolverão um padrão mútuo, interligado, de comportamentos de apego, uma harmoniosa ‘dança’ de interação”.

Essa interação mãe-criança, satisfatória ou não, promoverá a formação de diferentes modelos operativos internos e esses, por sua vez, estão relacionados à percepção infantil sobre a figura de apego como uma base segura ou não. Entre 4 ou 5 anos, as crianças já possuem um modelo interno do cuidador definido, um modelo de *self* ou autoconceito e um modelo de como são os relacionamentos. Assim, este modelo afetará a forma de se comportar das crianças nos novos relacionamentos, ao recriar situações anteriores nas novas interações (BOWLBY, 1997). Isso explicará as variações comportamentais que se percebem de criança para criança, apesar de haver um norte guia padrão dos moldes relacionais esperados nessa faixa etária.

Na fase pré-escolar, as crianças que possuíam um vínculo intenso com a mãe mantêm esse vínculo, porém, não há mais a necessidade do contato físico com a mãe, como era na fase inicial de vida. Agora, a criança já entende que a mãe continua existindo e que voltará, apesar de não estar presente fisicamente, Bowlby (1988) define esse novo modelo de apego como parceria de objetivo corrigido. Essa criança, então, por volta dos quatro ou cinco anos não terá mais a mesma ansiedade de separação que tinha outrora.

Crianças de 2-3 a 7-8 anos têm desejos constantes de estar com outras crianças, porém, esse comportamento ainda é o que se chama de pré-social. Nessa idade, apesar de haver essa tendência a busca de companhia, a instabilidade do caráter infantil, ainda constitui um entrave ao desenvolvimento da cooperação de forma satisfatória (DELDIME & VERMEULEN, 2004). Esses autores acreditam que até os quatro anos as trocas infantis ainda são muito limitadas, com a existência de atividades paralelas e comandadas pelo material da brincadeira. Porém, com o passar do tempo, esse brincar torna-se cada vez mais coordenado e cooperativo, incluindo, por exemplo, brincadeiras de faz-de-conta em grupo aos quatro anos

(BEE, 2003). Dessa forma, essa autora explica que a brincadeira, então, faz-se essencial para as crianças, pois, promove o desenvolvimento gradual de uma série de habilidades sociais. É nesse momento que elas aprendem a ceder e a regular suas emoções. Apesar dessa interação ser crescente nessa faixa etária, ainda há uma preferência por brincadeiras entre crianças do mesmo sexo (GOTTMAN, 1986).

Um fator que influencia também a forma como ocorrem essas relações na fase pré-escolar é o desenvolvimento da memória. Segundo Papalia & Feldman (2013), nessa faixa etária as crianças tendem a se concentrar em detalhes exatos dos eventos, o que favorece o esquecimento rápido de alguns deles. A memória, então, é, preponderantemente, de curta duração. Isso explica, por exemplo, brigas e conflitos surgirem rapidamente e desaparecerem também de forma rápida. O que poderá influenciar, então, a capacidade de perdurar de algumas memórias é o quão singular e novo foi o evento, a participação ativa da criança naquela memória, o impacto emocional causado nela ou a forma como os adultos falam dessa memória para os pré-escolares.

Assim, como bem exploram Deldime & Vermeulen (2004), nesse período pode-se perceber claras interações entre o desenvolvimento social e o cognitivo e afetivo: a sociabilidade ainda está em desenvolvimento e é pré-social, devido à imaturidade de características com a empatia (egocentrismo relativo) e o julgamento moral que ainda é bastante influenciado pelo valor que a criança nessa idade atribui ao adulto e suas opiniões, pelo animismo e o realismo.

2.3 As influências do contexto no desenvolvimento da criança

Bee (2003) vai além para entender o desenvolvimento infantil, postulando que para descrever de forma ampla esse desenvolvimento, precisaríamos ir além da criança ou da díade mãe-criança. Haveria, como citado anteriormente como uma das perspectivas de compreensão do desenvolvimento humano, a necessidade de entendimento de toda uma ecologia do desenvolvimento – o padrão de interação na família e como a cultura na qual esta família está inserida pode influenciá-la.

Ainda sobre esse mesmo tema, Bronfenbrenner (1979;1989) pensou em um modelo de sistema ecológico em que a criança se desenvolve como tendo uma série de camadas concêntricas que a influenciam e se influenciam mutuamente, a abordagem ecológica de Bronfenbrenner. Essa abordagem é semelhante a que foi explicada no capítulo a seguir, a qual diz respeito à separação conjugal, dentro do entendimento desse mesmo autor. Ele explica os

diferentes eventos a partir dessa perspectiva de sistema, na qual cada subsistema terá influência e poder sobre o outro, formando um todo interligado. A diferença está na caracterização dos subsistemas e qual evento se busca explicar, mas a essência é a mesma.

Para o entendimento do desenvolvimento infantil de forma completa, então, haverá a necessidade de saber quais são os subsistemas nos quais a criança está inserida e como eles a influenciam. Assim, a família, que se encontra no microsistema e é um dos ambientes em que a criança vive experiências pessoais diretas, constituiu-se no ambiente de maior importância de entendimento no presente estudo, pois buscou-se estudar a percepção das mudanças em sua vida no ambiente familiar, após o divórcio parental. Dessa forma, o capítulo que se segue procurou abordar um tipo específico de família, a família divorciada e como se dá esse processo.

CAPÍTULO 3 - O DESENLAÇAR

Ao observar a evolução do conceito daquilo que se entende por casamento, com seus múltiplos arranjos e diferentes roupagens nos dias atuais, nota-se, como efeito natural mediante todas as mudanças ocorridas na sociedade, o surgimento e, posteriormente, o contínuo crescimento do número de divórcios no Brasil.

No presente capítulo, buscou-se obter maior entendimento acerca do momento em si da separação do casal, os motivos relacionados, as possibilidades e problemáticas associadas, e o processo de luto vivido.

3.1 O crescente número de divórcios

As mudanças sociais ocorridas desde meados dos anos 60 do século XX, foram determinantes para o crescimento do número de divórcios no Brasil. No que se refere ao crescimento em números de divórcios no Brasil entre os anos de 1984 e 2011, de acordo com índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), houve um crescimento de 45,6% em um ano, de 2010 a 2011. Pode-se observar isso no Gráfico 1:

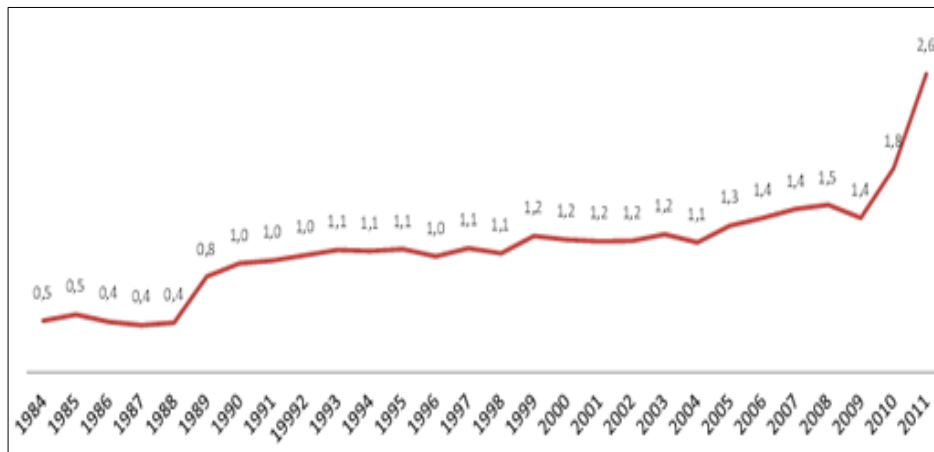


Gráfico 1: Taxa de divórcios no Brasil (1984-2011)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estatísticas do Registro Civil 1984-2011; Projeção da População por Idade e Sexo para o período 1980-2050 - Revisão 2008; Censo Demográfico 2010; Estimativas da População residente nos municípios brasileiros para 1o de julho de 2011, p.40.

Pesquisas mais recentes do IBGE mostram que entre 2016 e 2017 o número de uniões registradas diminuiu 2,3% e o número de divórcios aumentou 8,3% em relação aos anos anteriores

As mais diversas pesquisas têm mostrado que tanto fatores psicossociais, como fatores psicológicos (influência da família de origem e do meio onde vive) têm contribuído para a ruptura de laços conjugais (JORGE, 2003; NOGUEIRA, 2006; VIEGAS, 2006). Assim, ao se considerar a complexidade relacionada ao rompimento conjugal, Zordan (2010) alega que um modelo que traz um entendimento mais completo acerca desse fenômeno é o modelo ecológico-sistêmico (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998), o qual propõe o esquema apresentado na Figura 1:

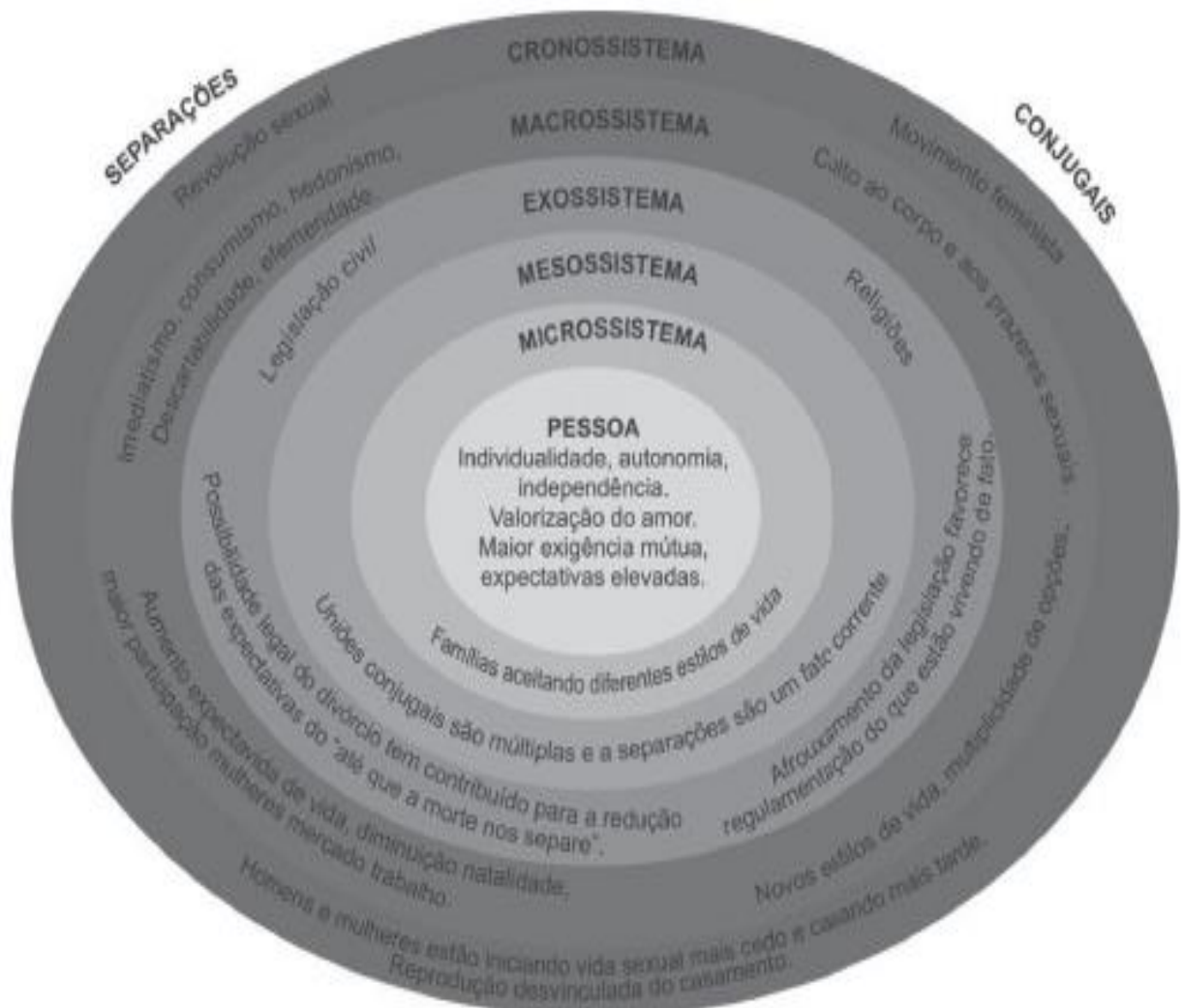


Figura 1: A separação conjugal sob a abordagem ecológico-sistêmica

Fonte: Zordan (2010, p.28)

Esse modelo traz um entendimento do processo de separação conjugal como algo que depende de inter-relações entre a pessoa e os outros subsistemas, são eles: o microsistema (refere-se ao contexto mais imediato: família de origem, ambiente de trabalho, bairro); o mesossistema (interconexão entre os sistemas, por exemplo, a família e os amigos que estabelecem relações entre si); o exossistema (representa as mudanças religiosas e nas legislações); o macrosistema (amplia a ideia de contexto, envolve cultura, sistemas políticos e econômicos, crenças); e o cronossistema (envolve a dimensão do tempo e suas mudanças).

Quanto aos fatores pessoais, segundo Zagury (2003), apesar de os jovens terem mudado seus posicionamentos frente aos projetos de vida buscados e a maneira que vivem seus relacionamentos, pesquisas mostram que tanto adolescentes como adultos jovens brasileiros ainda incluem o casamento em seus planos de vida, sendo 42% no caso dos adolescentes e 70% dos adultos jovens.

A hipervalorização do individualismo, a busca pela realização pessoal e, segundo Féres-Carneiro (1998), o maior grau de exigência mútua no casamento também corroboram para o maior número de divórcios. É por isso que, em muitos casos, os primeiros anos de casamento são bem difíceis, principalmente, se o grau de idealização do casamento for muito alto (CARTER, MCGOLDRICK, 2001).

No que se refere ao microsistema, como já discutido anteriormente, existe a influência da família de origem tanto no momento de escolha do parceiro como no momento de dissolução do vínculo conjugal, porém, de acordo com Papalia, Olds e Feldman (2006), visto que as famílias hoje em dia estão menos conservadoras e mais abertas à aceitação de diversas formas de vinculação e estilos de vida possíveis, esse nível do sistema relacional irá favorecer também o aumento no número de divórcios. Ao se considerar o mesossistema, os grupos sociais estão cada vez mais se envolvendo em divórcios e novas uniões.

Outro nível, intitulado exossistema, inclui mudanças na legislação, influências da mídia em geral, entre outras coisas. Observa-se também a normalidade com que são tratadas essas mudanças sociais, com a representação dos novos arranjos conjugais com dissoluções conjugais frequentes em novelas, filmes e jornais. Há, então, uma normalização da “cultura do divórcio”. No que diz respeito às leis, com o surgimento da Lei do Divórcio 6515/77 regulamentada em 1977 e, após isso, com a redução do prazo de conversão entre separação judicial e divórcio, a partir da Constituição de 1988, facilita-se ainda mais o processo do divórcio no Brasil. Dois outros marcos importantes na legislação brasileira foram, em 2007, com a aparição da possibilidade do divórcio e separação consensuais (Lei nº 11.441) serem feitos via administrativa, quando não houver filhos menores ou incapazes e, em 2010, com a

promulgação da Lei do Divórcio Direto, Emenda Constitucional nº 66, permite o divórcio sem prévia separação (CEZAR-FERREIRA, MACEDO, 2016)

Quanto aos níveis relacionais mais distantes, o macrosistema e o cronossistema, também há uma influência direta no aumento do número de divórcios, pois incluem a noção de tempo e ideologias, cultura, crenças, sistemas políticos e econômico.

Dentre outros dos motivos que levam à separação, os quais envolvem diferentes níveis dentro do modelo ecológico-sistêmico, estão: a infidelidade, a não compatibilidade de gênios, o desgaste do amor, inúmeros conflitos, maior exigência das mulheres, o alcoolismo (BRITO et al., 2006; GOLDENBERG, 2001; VIEGAS, 2006). O fator motivador mais citado dentre todos é a infidelidade masculina, o que explica, parcialmente, o desejo de separação estar sempre mais presente nas mulheres (FÉRES-CARNEIRO, 2003). Outra possível explicação para essa atitude de iniciativa frente ao divórcio ser mais comum entre mulheres é a diferença de expectativas frente ao casamento. Os homens costumam se satisfazer com o fato de terem uma família (SOUZA, 2008), já as mulheres concebem o casamento como uma relação amorosa, dessa forma, quando a relação não vai bem, pensam sobre a possibilidade de divórcio (FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Dessa forma, a noção de satisfação conjugal passa a ser extremamente relevante para continuidade da relação. Souza (2008, p. 53) argumenta que:

Satisfação conjugal é um conceito cujo conteúdo pode variar de cultura para cultura e dentro da mesma cultura em diferentes momentos históricos. É consenso que a satisfação na conjugalidade é subjetiva, implicando ter os próprios desejos e necessidades satisfeitos, assim como corresponder em maior ou menor escala ao que o outro espera, definindo um dar e receber recíproco e espontâneo. (SOUZA, 2008, p, 53).

Todavia, para a vivência dessa satisfação conjugal, é necessário uma atitude de construção contínua da relação pelo casal, sendo um relacionamento algo dinâmico e vivo. Norgren et al. refletem sobre isso quando argumentam que o “casamento satisfatório é menos uma questão de escolha certa e mais de trabalho em equipe [...]”. (2004, p.583).

Uma das maiores dificuldades presentes na relação conjugal atualmente é a luta constante entre os ideais individualistas e o vivenciar da conjugalidade ao mesmo tempo. Isso ocorre, pois, no mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que se é valorizada a autonomia e a satisfação de cada um dos cônjuges existe as necessidades do casal em si, desejos, projetos conjugais. Quando se forma um casal, existem, então, 3 em 1, ou seja, a identidade de cada um e a identidade conjugal (FÉRES-CARNEIRO, 1998).

Assim, Féres-Carneiro (2003) ainda ressalta que a separação conjugal vem com uma possibilidade de solução para um casal frente a uma crise que não consegue ou não quer resolver, porém envolve muito sofrimento e a elaboração de um luto que surge em consequência. Luto esse, muitas vezes, de mais difícil elaboração que o ocorrido por morte de um dos cônjuges (RÍOS, GONZÁLEZ, 2005).

3.2 O divórcio como luto e seus desdobramentos

O divórcio é também um luto, e assim, é previsto durante esse processo de transição o surgimento de sentimentos como tristeza, raiva e necessidade de readaptação/resignificação. Parkes (1998) defende esta ideia quando define o processo de luto normal como essencial para o ajustamento a uma nova realidade. Segundo ele, o processo de luto pode desenvolver-se por diversas razões, como a perda de um ente querido, a perda de um emprego, o fim de um relacionamento.

A maneira de lidar com essa perda dependerá de um grande número de fatores, que podem ser chamados de fatores de proteção. Alguns deles são: um temperamento fácil, quociente de inteligência elevado, o apoio da rede social do indivíduo, entre outros. Esses fatores facilitarão o processo de resiliência, a qual seria compreendida como o conjunto de fatores contextuais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo em ambientes que a princípio não colaborem para um bem-estar (RUTTER, 1987). É o caso de um ambiente composto por uma família que está vivendo um processo de divórcio, por exemplo.

Boelen e Prigerson (2007) defendem que alguns indivíduos, quando perdem alguém muito importante ou significativo, não conseguem ter uma melhora, com um abrandamento dos sintomas iniciais (o que seria esperado em um luto dito normal). Desenvolvem sintomas que os incapacitam por um período de tempo considerável. Seria, então, um luto complicado.

Dentro de um entendimento sistêmico da separação conjugal, a família, como um sistema vivo, fica vulnerável a mudanças que ocorram a um ou alguns de seus membros (BERTALANFFY, 1977). Esses períodos de transição pelos quais as famílias passam são entendidos como crises, as quais demandam uma adaptação da família a nova situação, com mudanças qualitativas em suas relações (CEZAR-FERREIRA, MACEDO, 2016).

Crises, portanto, não significam necessariamente algo que trará um resultado ruim, como a destruição da família, mas podem ser vistas como oportunidades para o crescimento. Cezar-Ferreira e Macedo (2016) apontam que o conceito de crise vem da palavra grega *krisis*

que significa “momento decisivo”, onde devido a uma transição, algo deverá ser feito. Desses momentos de crise, então, os indivíduos poderão sair fracassados ou fortalecidos, a depender de como reagirão.

O que poderá tornar o divórcio uma perda mais difícil de ser elaborada, porém, é o fato de se tratar do que Boss (2006) chamou de perdas ambíguas. Essas são formas de perda nas quais o objeto perdido continua presente no mundo real. Para Boss (1999), a perda ambígua, por desorganizar a família e ser repleta de ambiguidade, confunde as pessoas a ponto de questionarem sua própria família e seu papel dentro dela.

O divórcio, então, tendo como luto inicial e aparente, o luto do vínculo conjugal, traz consigo vários outros lutos, como por exemplo: o luto da família como era antes da separação (íntacta), o luto das identidades de cada membro da família antes da separação, luto da situação econômica inicial que também tende a mudar, entre outros. Trata-se, portanto, de um evento dos mais estressantes do ciclo vital (MCGOLDRICK, 1995), mas que, se vivenciado de maneira a utilizar os recursos existentes, pessoais ou não, da melhor forma possível, pode ser considerado um momento que possibilita enorme crescimento e evolução pessoal. Essa possibilidade de reconstituição/reconstrução e os fatores a ela atrelados foi o tema do próximo capítulo, o que irá tratar de aspectos relacionados ao momento pós-divórcio e suas consequências, principalmente, para as crianças.

CAPÍTULO 4 - O REFAZER-SE FITA

Por “refazer-se fita”, entende-se todo processo pós-divórcio e a reestruturação e resignificação da vida que é prevista nesse momento. O que era um “laço” conjugal (nunca um “nó”, pois esse traz uma simbologia de aperto e inflexibilidade) torna-se a virar “fita”, porém essa “fita” agora não se encontra da mesma forma que a original, tem-se “novas fitas”. Essas podem estar mais desgastadas, rasgadas e sujas ou podem estar maiores, mais belas, brilhantes e firmes.

Este capítulo, procurou refletir sobre o momento pós-divórcio e como este se dá, não só para o ex-casal, mas para a família como um todo que também é alterada, com um enfoque na função parental (parentalidade). Dentro da parentalidade, buscou-se compreender melhor os efeitos desse momento de transição para as crianças, com vistas a obter um entendimento acerca dos fatores que podem ajudá-las a vivenciar esse momento de forma mais amena, com os menores prejuízos possíveis (fatores de proteção).

4.1 O pós-divórcio e seus desdobramentos

O momento de transição familiar devido ao divórcio parental irá afetar a família como um todo e não somente os pais. Isso ocorre, em função do entendimento de família como sistema, no qual há uma interdependência entre seus membros e subsistemas, assim, quando ocorre uma mudança em um dos subsistemas (o conjugal), isso irá afetar todos os membros e a estrutura familiar inicial. Com essas alterações, um dos subsistemas mais afetados é o subsistema que envolve os filhos do ex-casal.

Minuchin (1982) enumera 3 pontos essenciais em sua teoria sobre a terapia familiar:

1º) Os indivíduos influenciam o contexto e são por ele influenciados de forma contínua e recorrente;

2º) Quando ocorrem mudanças na estrutura familiar, cada um dos membros irá sentir quais poderão mudar seus comportamentos e estruturas psíquicas;

3º) O terapeuta é envolvido no processo com a família, formando um novo sistema que, conseqüentemente, irá provocar mudanças no sistema intacto.

Peck e Manocherian (1995) compreendem o divórcio como a maior ruptura que existe no ciclo vital da família. Nela todos os membros buscarão readaptar-se ou ajustar-se à nova estruturação familiar. A família continua existindo, com nova roupagem, o que deixa de existir é o par conjugal, a conjugalidade.

Wallerstein, Lewis e Blakeslee (2002) explicam que:

[...] a família divorciada não é simplesmente uma versão reduzida da família de dois pais. A família pós-divórcio é uma forma nova de família que tem exigências muito distintas para cada um dos pais, cada filho e cada um dos vários novos adultos que entram na órbita familiar (WALLERSTEIN, LEWIS, BLAKESLEE, 2002, P.48).

Segundo Féres-Carneiro (2003), a separação conjugal exige tempo e aceitação, visto que haverá a reconstrução da identidade individual de cada um dos membros do ex-casal, sendo, então, esta uma das principais tarefas pós-divórcio. O problema é que, às vezes, esse foco no se refazer provoca um afastamento dos filhos.

Outro impacto desencadeado pelo divórcio diz respeito aos sentimentos vivenciados pelos homens e mulheres, ex-integrantes do casal, que são diferentes, conforme as diferenças de projetos que o casamento representava.. Assim, de acordo com Féres-Carneiro (2003), os homens costumam sentirem-se mais frustrados e fracassados e as mulheres mais magoadas e sozinhas.

De forma adicional, tanto homens como mulheres podem se sentir sozinhos e isolados perante a separação conjugal. Esse isolamento vem tanto por parte de amigos que tinham no passado, como da família extensa que, muitas vezes, fica abalada e não entende muito bem sua função diante desse processo (PECK, MANOCHERIAN, 1995). Os mesmos autores explanam que “ Os pais que estão lutando com seus próprios sentimentos de fracasso, raiva, culpa e perda têm dificuldade em proporcionar um ambiente estabilizador, consistente, para seus filhos” (p.303). Assim, quem fica no “centro do palco” agora são os próprios pais.

McGoldrick e Carter (1995) mencionam 3 objetivos em um trabalho clínico com um casal que esteja se divorciando. O primeiro refere-se à necessidade de tornar lenta a decisão do divórcio para que cause o menor número de prejuízos possíveis à família. O segundo diz respeito a evitar que o cônjuge que não queria a separação (em casos de divórcios litigiosos, muitas vezes) coloque a criança contra o outro membro do casal (alienação parental, a ser explicada posteriormente). O terceiro está ligado a um trabalho feito com os filhos juntamente com o casal que está se divorciando, para que sejam feitos acordos que irão minimizar o impacto emocional do divórcio sobre os filhos.

Assim, nota-se que a forma como os pais lidam com o divórcio antes, durante e depois será essencial para um desenvolvimento saudável dos filhos.

4.2 Parentalidade no divórcio

A família, segundo o senso comum, é a base para a constituição de sujeitos, pois trata-se do primeiro grupo social no qual se é inserido, é este grupo que garante a sobrevivência dos filhos e permite que aprendam os primeiros valores morais e sociais. Segundo Minuchin (1990), a família é, então, o grupo social natural. Dessa forma, a família torna-se um lugar para construção da identidade e onde acontecem as primeiras trocas afetivo-emocionais (FERNANDES, CURRA, 2006).

Com o divórcio parental, portanto, os pais continuam com deveres relacionados à garantia de proteção e cuidados para com seus filhos. Dias (2008, p.26) afirma que “o rompimento da vida conjugal dos genitores não deve comprometer a continuidade dos vínculos parentais, pois o exercício do poder familiar em nada deve ser afetado pela separação”. Uma das maiores dificuldades nesse contexto, porém, é essa separação entre parentalidade e conjugalidade.

Entre as principais consequências do divórcio parental, então, estão a necessidade de lidar com temas relacionados ao cuidado, responsabilidade e guarda dos filhos. Como bem defende Brito (2002), a guarda era atribuída a quem revelasse melhores condições para exercê-la, quando não havia acordo entre o casal. Assim, um rompimento conjugal praticamente se equiparava a um rompimento parental.

Com a crescente reivindicação de pais que buscam por maior participação no cuidado e educação dos seus filhos, além de uma luta por direitos sociais, como o aumento da licença paternidade, surge, então, a Lei da Guarda Compartilhada. Esses novos pais, definidos e descritos mesmo antes do surgimento da lei da Guarda Compartilhada, por Brito (2005), são os maiores responsáveis por essa mudança que haveria de ocorrer. Brito (1995) aborda a importância da questão da força do texto legal para dar espaço ao exercício pleno da paternidade, porém, ele afirma que é essencial a ação da sociedade e da família para confirmar este papel do pai (BRITO, 2004).

Ao abordar as insuficiências da guarda exclusiva, Brito defende que a ideia de visitante:

[...] contribui com a imagem de pai ausente, dificultando o exercício da função, favorecendo a deterioração do vínculo emocional, retirando a palavra do pai e reafirmando o conceito de que só um, geralmente a mãe, é importante e suficiente para proporcionar o desenvolvimento e a educação dos infantes. (BRITO, 2002, p.445)

Segundo Silva (2005), quando o encontro entre pais e filhos é escasso, o guardião pode contaminar a imagem do pai não guardião, esta imagem, geralmente, será negativa e envolta por sentimentos relacionados à separação conjugal.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013, p.58) mostram que a maioria das atribuições de guarda são maternas (86,3%), isso ocorre ainda, em grande parte, devido a existência do mito do amor materno, o qual foi comentado por Brito (2002). Além disso, outro fator que poderia justificar ainda o maior número de guardas atribuídas às mães na atualidade é o argumento utilizado por profissionais que acreditam que o fato das crianças terem duas casas poderia gerar confusão nelas. Argumentos que combatem essa visão prejudicial para crianças que possuem 2 lares são dados por Brito (2004, 2005) que acredita que a diversidade de comportamentos se faz presente em vários meios que a criança circunda, inclusive quando os pais estão casados.

Um caso, porém, em que se faz importante questionamento a respeito da preferência pela guarda compartilhada é quando existe um divórcio litigioso com conflitos existentes entre os ex-cônjuges, pois, neste caso, os filhos, muitas vezes, ocupam a posição de intermediários nas brigas do casal (NAZARETH,1997).

Em outros casos, onde não há litígio, porém, a guarda compartilhada torna-se uma opção interessante e favorável ao desenvolvimento pleno da criança, pois, como argumentam Peck e Manocherian (1995), crianças pequenas precisam de muito contato para a formação de vínculos (os quais são laços afetivos construídos, importantes para seu desenvolvimento físico, emocional e cognitivo), assim, em qualquer idade, para esses autores, a guarda compartilhada é indicada.

4.3 Fatores de proteção e reações da criança frente ao divórcio parental

Em 30 de novembro de 2011, a revista Veja publicou uma matéria informando que dados do IBGE (2010) revelam que, dos 243.224 divórcios registrados em 2010, quase metade era de casais sem filhos. Em contrapartida, entre 2000 e 2010, entre os casais com filhos menores de idade, o percentual de divórcios caiu de 52% para 30%. É interessante notar uma diminuição do número de divórcios no caso de casais com filhos menores de idade, o que pode sugerir ainda a existência de casamentos que se mantêm devido apenas à presença dos filhos pequenos. Por que isso ocorre? Existem vantagens em terminar um casamento com filhos pequenos? Existem maneiras de encerrar a relação conjugal de forma que não causem tanto prejuízo ao desenvolvimento emocional, físico e cognitivo para as crianças?

Segundo Brito (2007), as crianças podem reagir de diferentes maneiras às separações conjugais, podendo ou não desenvolver patologias. As mudanças estruturais e ambientais que ocorrem com o divórcio podem gerar diferentes respostas emocionais.

Existem fatores/recursos que facilitam ou dificultam essa passagem pelo divórcio parental pelos filhos, são eles os chamados fatores de risco e fatores de proteção. Os fatores de risco são variáveis que estão relacionadas a uma grande probabilidade de ocorrência de resultados indesejáveis ou pouco adaptativos (JESSOR et al.,1995). Em contrapartida, os fatores de proteção são mecanismos, fatores ou processos que melhoram a resposta dos indivíduos a ambientes hostis, predispondo esses indivíduos a consequências adaptativas (HUTZ, KOLLER & BANDEIRA, 1996). Outros autores também discorrem sobre os fatores de proteção, como Cid (2011), que os define como variáveis individuais ou do contexto social que atuam quando há algum risco presente (uma perda, como uma separação ou divórcio), com o papel de diminuir os seus efeitos esperados.

Dentre os fatores de proteção mais ilustrados na literatura em questão, estão: as características da criança, ausência de problemas financeiros, bem-estar dos pais, práticas parentais adequadas e ausência de conflito interparental. O presente trabalho debruçou-se sobre os 3 últimos fatores, visto que, como Vandewater e Lansford (1998) defendem, a duração e a gravidade dos problemas que as crianças podem desenvolver pós-divórcio decorrem dos conflitos que acompanham todo o processo e da maneira como os pais se ajustam ao divórcio. Ao seguir a mesma linha de raciocínio, Martins (2010) comenta que a elaboração do divórcio pelas crianças dependerá de como o processo do divórcio (com conflitos ou não), de como ficam estabelecidos os vínculos pós-divórcio e do relacionamento entre os progenitores. Assim, em situação de divórcio, os pais devem estar atentos para que possam oferecer um ambiente de compreensão e cuidados consistentes para que essas crianças possam sentir-se seguras e não ameaçadas e ansiosas, com o desenvolvimento de um apego parental seguro, o qual, segundo Bowlby (2002) prevê um vínculo no qual o sentido de segurança de alguém está atrelado a uma figura de apego específica, nesse caso, a figura parental. Com esse sentimento de conforto e segurança garantidos, uma base segura, a criança/bebê explorará o resto do mundo.

Nesta pesquisa, quando foi utilizado o termo pais funcionais, referia-se àqueles pais que possuem as 3 características consideradas como os fatores de proteção mais importantes, no que se refere à parentalidade, para que as crianças vivenciem o divórcio dos pais sem grandes prejuízos. São elas: bem-estar; práticas parentais adequadas e ausência de conflito interparental.

O bem-estar parental refere-se à maneira como os progenitores respondem ao divórcio e está relacionado com os níveis de adaptação infantil (LANSFORD, 2009). Du Rocher Schudlish & Cummings (2007) refletem sobre isso quando explicam que se os conflitos maritais e o divórcio aumentam os níveis de estresse parental, haverá uma diminuição da efetividade dos pais, o que afeta de forma negativa o ajustamento da criança.

Em relação às práticas parentais adequadas, estas podem ficar comprometidas, pois, no período inicial da dissolução conjugal, os pais estão mais centrados em seu ajustamento às mudanças familiares (KELLY, 2000). Vale lembrar, então, a importância do foco também estar na consistência e concordância nos cuidados quanto a partilha de um estilo parental democrático (coparentalidade cooperativa) para garantia de melhor adaptação infantil.

A ausência de conflito interparental é o fator protetivo mais importante no ajustamento da criança à separação dos pais. O conflito interparental, com a presença de diversos sentimentos entre os dois, como desconfiança, raiva, entre outros (MCINTOSH, 2003) cria um ambiente familiar repleto de estresse, suscitando reações igualmente negativas nas crianças que se tornam estressadas, tristes, raivosas (MACCOBY & MARTIN, 1983).

A presença de brigas, discussões e agressões entre os ex-cônjuges pós-divórcio parental, gera um impacto direto na saúde mental das crianças. Assim, o ex-casal precisa escolher uma forma de vivenciar essa situação de mudanças na realidade familiar para que os filhos sejam beneficiados e não prejudicados (GRZYBOWSKI, 2010). Féres-Carneiro também aborda essa ideia da necessidade do casal parental lidar com essa perda de uma maneira satisfatória ao afirmar que “Quem se separa é o par amoroso, o casal conjugal. O casal parental continuará para sempre com as funções de cuidar, de proteger e de prover as necessidades materiais e afetivas dos filhos (1998, p.387).

Sobre esse conflito de lealdade que é exigida por um dos ex-cônjuges, fala-se muito no se que entende por alienação parental, a qual está mais presente em divórcios litigiosos. Segundo Fonseca (2006), esta seria a falsa memória, críticas e inverdades que um genitor, geralmente o guardião, profere em relação ao outro com o intuito de separar o filho do ex-cônjuge. Esse tipo de alienação é feito, geralmente, com crianças mais jovens (primeira infância), pois, essas não percebem a violência a qual estão sendo submetidas, surgindo a Síndrome de Alienação Parental com sequelas emocionais e comportamentais para a criança.

A idade pré-escolar é o momento em que a criança se conceitua como um eu e se auto percebe, inicialmente, mediante suas características físicas (mundo concreto) e não psicológicas (NEWCOMBE,1999). Da mesma forma essa criança percebe o mundo a sua volta, apenas a partir daquilo que pode ver. No caminho contrário ao que as teorias da

personalidade como as teorias de Bandura, Skinner, Erikson, Fromm, entre outros, pregam, as quais acreditam que as crianças em idade pré-escolar seriam as que apresentariam maior risco frente ao divórcio parental, pois o principal contexto em que vivem é o familiar, sendo este uma enorme referência na construção de vínculos e da personalidade da criança, o que se tem observado é que as crianças pequenas não estão no maior grupo de risco em meio a um divórcio dos pais. Isto ocorre, pois, até uns 7 anos de idade, a criança vive no aqui e agora, no mundo concreto ou visível, ou seja, essa porosidade cognitiva poderá servir como proteção frente à fragilidade de defesas e ao não desenvolvimento completo da personalidade desses pequenos, porém, para que isso aconteça, um cuidado básico e um baixo nível de conflito conjugal precisam estar garantidos às crianças (SOUZA & RAMIRES, 2006).

Raposo et al. (2011) defendem, então, que os problemas de ajustamento apresentados pelas crianças com pais divorciados podem ser mais bem explicados por outros fatores do que pelo divórcio em si mesmo. Ao se rever a literatura sobre o tema, encontram-se duas conclusões: a primeira é que o divórcio parental está associado a problemas passageiros de ajustamento nas crianças, as quais diminuem os resultados desenvolvimentais (HETHRINGTON & KELLY, 2002) e apresentam o dobro de risco de desenvolver problemas em relação à população não divorciada (McINTOSH, 2003) nos dois anos logo após a separação conjugal. Grande parte desses textos aponta que a amplitude e o tempo que perduram os problemas que a criança pode exibir ocorrem devido aos conflitos que acompanham a mudança na estruturação familiar, e não devido a esta em si mesma (VANDEWATER & LANSFORD, 1998). A segunda conclusão está relacionada a impossibilidade empírica de associar o divórcio a um maior nível de possibilidade das crianças terem problemas de ajustamento em médio ou longo prazo. A associação real requer uma análise dos chamados fatores de proteção e fatores de risco (NUNES-COSTA, LAMELA, FIGUEIREDO, 2009).

Assim, como discutem Raposo et al. (2011), não é o divórcio que causa maiores problemas aos membros da família. É, pois, a maneira de conduzir essa fase de transição dos pais que traria ou não consequências positivas para os filhos, os quais, em condições favoráveis, podem ter nesse período a oportunidade de crescimento, que os prepararia para outras possíveis perdas que possam vir a ter em sua vida no futuro. Logo, o rompimento do “laço” formaria novas e belas “fitas”.

CAPÍTULO 5 - OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender como a criança percebe as mudanças em sua vida no ambiente familiar, após o divórcio parental.

Objetivos específicos

Entender a organização da situação familiar pré e pós-divórcio pela percepção da criança.

Identificar fatores de proteção e fatores de risco para a criança no processo de divórcio parental

CAPÍTULO 6 – MÉTODO

Trata-se de um estudo de caso qualitativo com os pais e sua filha. Para Stake (2005), o estudo de caso é uma forma de investigação de um fenômeno, com aprofundamento do que é particular, não permitindo generalizações sobre algo. Assim, afirma que há uma observação daquilo que é específico no evento, situação ou processo, ou seja, existiria, então, uma fuga dos vícios construídos na sociedade.

6.1 Participantes

Os participantes deste estudo foram um casal de pais divorciados há 17 meses, com os dois pais advindos do primeiro divórcio, e sua filha natural, com 7 anos de idade. Foi escolhido esse intervalo de cerca de 2 anos como se justifica na literatura, pois McIntosh (2003) discute sobre existência do dobro de risco das crianças vindas de famílias divorciadas sofrerem problemas de ajustamento nos dois anos logo após a separação conjugal, se comparadas com crianças que vêm de famílias não separadas, sendo este, um tempo mínimo para uma reestruturação familiar. No presente estudo não foi considerado o número de filhos que os pais possuem.

Na família estudada, a mãe (M) reside no interior do Estado de São Paulo, com a filha (C) e com o namorado, C tem sete anos. O pai (P) reside fora do Estado de São Paulo e vê a filha a cada 15 dias, durante o final de semana ou nas férias.

As duas famílias extensas dos ex-cônjuges moram na mesma cidade do interior de São Paulo e quando P vai para lá, fica com C na casa da avó paterna.

P é professor e sempre atuou na área acadêmica. M é pedagoga. Os ex-cônjuges ficaram juntos por 17 anos e estão separados conjugalmente há 17 meses, desde que passaram a morar em casas diferentes.

6.2 Local

As entrevistas com a mãe e a criança foram realizadas na casa da mãe, para a comodidade das entrevistadas, em horário combinado previamente. No caso do pai, como este morava em outro Estado, a entrevista foi realizada por meio eletrônico. O horário levou em conta seus afazeres, os da criança e a dinâmica de funcionamento da família.

Em relação ao local para a realização das entrevistas e questionário com a mãe e a criança, optou-se pelo quarto da criança, por se tratar de local com isolamento acústico (garantindo a privacidade dos participantes), confortável, limpo, claro, com brinquedos da criança e sua cama.

6.3 Procedimento

Os contatos iniciais com os pais foram feitos após divulgação no círculo de relações sociais da pesquisadora, mencionando a busca de pessoas com as características procuradas pelos critérios de inclusão e exclusão.

Assim, três casais responderam, estando dentro dos critérios esperados. Dois deles não aceitaram o convite.

Antes dos participantes terem sido encontrados, observou-se uma dificuldade por parte de outros ex-casais em participarem dessa pesquisa, principalmente por parte dos homens. A mulher aceitava participar, porém o ex-marido se recusava. Chama a atenção o fato de que nos três casais, a separação foi pedida pela mulher, o que leva a pensar que este pode ser um motivo para os homens não quererem contribuir e falar sobre o assunto.

6.4 Procedimento de coleta

Foram utilizadas entrevistas porque são consideradas instrumentos interessantes para aplicação com crianças, pois, segundo Miguel (2010), possibilitam uma interação social e interpenetração informativa que quebram silêncios, constituindo um meio, cujo fim é o interrelacionamento humano. Outro ponto positivo acerca da técnica da entrevista é que, segundo Lüdke e André, “permite correções, esclarecimentos e adaptações que a torna, sobremaneira, eficaz na obtenção das informações desejadas” (1994, p. 34).

Foi feita entrevista semiestruturada, gravada pela pesquisadora, com cada um dos pais para compreender como estes perceberam o processo do divórcio e as possíveis mudanças advindas no ambiente familiar. Este recurso trouxe informações sobre os fatores de risco e proteção (o bem-estar dos pais; práticas parentais adequadas; e a ausência de conflito interparental) para criança no processo de divórcio parental e nos informou sobre a visão dos pais a respeito de como as crianças reagiram às mudanças após divórcio. O roteiro dessa entrevista encontra-se no Apêndice A.

Em um segundo momento, com a criança foi utilizada uma adaptação da Entrevista Familiar Estruturada (FÉRES-CARNEIRO, 1997) criada pela autora do presente estudo (APÊNDICE B). A Entrevista Familiar Estruturada, criada por Teresinha Féres-Carneiro, é um instrumento que busca trazer à tona a dinâmica que envolve o funcionamento familiar. Essa versão original é composta de 6 tarefas (5 verbais e 1 não-verbal) que permitem uma avaliação das relações familiares, duas dessas tarefas são propostas à família toda e as outras à cada membro familiar em separado (FÉRES-CARNEIRO, 1997). A versão adaptada para esta pesquisa é composta de 6 tarefas verbais, que foram respondidas apenas pela criança, com vistas a ter, indiretamente, uma percepção desta do ambiente familiar pré e pós divórcio, o que atende ao objetivo geral e um dos específicos desta pesquisa.

6.5 Procedimento de Análise de dados

Os dados obtidos foram analisados, de acordo com o método da Análise de Conteúdo de Bardin (2010), que oferece um modelo sistemático para análise de comunicações (orais ou escritas).

A análise de conteúdo de Bardin foi a indicada para o trabalho em questão, pois, com seu caráter exploratório, traz a possibilidade de enriquecimento e aumenta a propensão à descoberta (SILVA, GOBBI & SIMÃO, 2005).

O processo proposto por Bardin envolve três momentos: a pré-análise (realiza-se uma leitura flutuante do discurso dos participantes e organizam-se os documentos obtidos); a exploração do material (etapa na qual ocorre o reconhecimento de unidades temáticas que darão origem às categorias temáticas); e o tratamento dos resultados (inferências e interpretações em relação aos objetivos da pesquisa, por intermédio de diálogos com os autores sobre os temas encontrados) (BARDIN, 2011).

Dessa forma, as entrevistas com os pais e a adaptação da Entrevista Familiar Estruturada feita com a criança foram transcritas e analisadas e, após leitura detalhada, possibilitaram a construção das categorias, as quais emergem do referencial teórico, dos modelos de entrevistas utilizados e das próprias falas dos participantes da pesquisa, são elas: processo de separação, parentalidade pós-divórcio, relacionamento entre os ex-cônjuges, saúde dos pais e mudanças na rotina no ambiente familiar.

Para a análise, foram contemplados os fatores de risco e protetivos (DU ROCHER SCHUDLISH & CUMMINGS,2007; MARTINS, 2010; MACCOBY & MARTIN, 1983) e, num segundo nível, foi utilizado o pensamento de Bronfenbrenner & Morris (1998) para entender o processo de dissolução conjugal sob um ponto de vista sistêmico, com inter-relações entre a pessoa e outros subsistemas que influenciam no processo de separação amorosa.

6.6 Procedimentos éticos

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da Resolução CNS/MS 466/12, complementada pela Resolução 510/16, tendo obtido aprovação pelo Comitê de Ética em 31 de março de 2018, número CAE: 85171318.4.0000.5482. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C) o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE D) foram respondidos pelos adultos, e o Termo Livre e Esclarecido para Menores de Idade (APÊNDICE E), pela criança.

CAPÍTULO 7 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados referentes ao caso estudado, organizados de acordo com as categorias temáticas.

7.1 Categorias analisadas

7.1.1 Processo de separação

Esta categoria foi definida tendo em vista a necessidade de entendimento de como se deu o processo do divórcio como um todo para a compreensão da percepção da filha sobre as mudanças daí advindas no ambiente familiar.

Em relação ao processo do divórcio, M tem uma noção deste como gradual e não pontual, que foi acontecendo aos poucos, desde quando ela começou a se desencantar com o ex-marido:

Eu acredito que o processo do divórcio, ele não nasce com o divórcio, né? Começa em um tempo muito anterior a ele com uma perspectiva, uma ideia que você tinha de família e de casamento e de amor que vai se desfazendo, né?

Essa percepção do relacionamento como algo que para ela já vinha se acabando havia muito tempo, pode ter contribuído para, hoje, ela estar melhor adaptada à situação e não mais levar tão a sério as críticas que o ex-marido lhe fez, mais recentemente, quando assinaram o divórcio. Esta ideia é ressaltada por Féres-Carneiro (2003), para quem a separação conjugal é algo que requer tempo e aceitação, para haver uma reconstrução da identidade individual nesse momento. Então M, por já vir se preparando para a separação, estava começando a formar essa nova identidade, mesmo antes de pedir a separação. Segundo M, as críticas que mais doeram foram aquelas feitas durante o processo, no início da crise, quando eles precisaram mudar-se para uma cidade distante de São Paulo em razão do trabalho dele, e ela, quando a filha nasceu, ter ficado um tempo sem trabalhar. P falava em meio a discussões que ele era o provedor. Isso magoava muito M, que se sentia pouco acolhida e sozinha, o que, como aponta Féres-Carneiro (2003), a maior parte das mulheres costuma sentir quando se separa, ao estar longe de seus familiares e sem receber o apoio por ela esperado dele. M afirma:

(...) eu acho que a mulher quando se torna mãe, ela precisa ter um apoio, sabe? Um aparato, os indígenas fazem isso, né? (...) E eu não tive essa assistência, né? Eu percebia P, assim, muitas vezes competindo com o bebê, né?

Isso a deixou muito frustrada, pois, como afirmou em vários momentos, sempre pôs o relacionamento e o marido em prioridade e quando ela precisou, ele não fez o que ela esperava, no sentido de companheirismo, pela família e por ela. Por isso, ela relata que o fim do relacionamento se iniciou quando a filha nasceu, apesar de ser irônico e inesperado, pois considerava esse momento de grande importância, como a realização do sonho do casal. Assim, fatores como o desgaste do amor e a maior exigência das mulheres, como comentam Brito et al. (2006), Goldenberg (2001) e Viegas (2006), passam a contar na decisão das separações na contemporaneidade. M começara também a ficar muito irritada com o que entende como um defeito de P, que era não cumprir com suas obrigações financeiras, fazendo dívidas. Ela buscava solucioná-las junto aos credores, assumindo um papel de controle na relação. Ela pede, então, que ele a reconquiste e que se mudem para um local mais perto da família dos dois. Eles se mudam e, então, ela é aprovada para cursar doutorado em São Paulo, momento em que enfrenta o dilema comentado entre a individualidade e a conjugalidade, segundo Féres-Carneiro (1998). Eles se distanciam fisicamente, enquanto internamente ela começa a vivenciar um possível início da elaboração do que estava por vir, na sua percepção, o divórcio. Alguns comportamentos de agressividade no clube que P e C frequentavam começam a prejudicar C, então isso se torna a motivação que faltava para M encorajar-se, ela, então, diz que quer se separar no início de 2017. Ela se considera, a partir daí, separada:

Fizemos todo o processo com um advogado só, foi amigável e a guarda está como compartilhada (...) A sentença final foi em março desse ano. Mas me considero separada desde o dia que pedi a separação ano passado.

Em relação a P, este afirma estar vivenciando o processo do divórcio, o qual por se caracterizar por um período de luto, está envolvido por oscilações de humor e períodos de melhora, com recaídas concomitantes. P. relata ainda a busca de sentido constante para o que estava ocorrendo com ele e com seu modelo de família idealizado.

Este fato faz recordar as ideias de Souza (2008), a qual acredita que, para os homens, a satisfação com o casamento está ligada muito mais a presença de uma família. Dessa forma, para P, possivelmente, tornou-se mais difícil a elaboração da perda. Apesar disso, com o

auxílio profissional de um psicólogo, P menciona que, atualmente, já consegue lidar melhor com o momento de transição e as mudanças advindas. Ele cita que M estava muito nervosa, mas considerava algo temporário em razão do doutorado. No fim de abril de 2017, P começou a notar, realmente, algumas mudanças de comportamento visíveis em M. Este período coincidiu com o pedido de separação feito pela esposa. P afirma que para ele é muito difícil, pois, ainda nutre sentimentos por M e provém de uma família tradicional, a qual acredita que separação é sempre algo indesejável e traumático. Ele acredita que M e ele deveriam ter suportado mais, de forma conjunta, as adversidades vivenciadas pelo casal e relata que houveram diversas tentativas de reatar o relacionamento amoroso por parte dele, mas sem um *feedback* positivo de M. Então, ele “largou de mão” (sic), realmente, em janeiro desse ano.

Ao falar da família de origem de cada um dos ex-cônjuges como facilitadoras ou não da ocorrência do processo de separação, fala-se do modelo ecológico-sistêmico de Bronfenbrenner & Morris (1998), pois esses autores acreditam que o processo de separação conjugal depende das inter-relações da pessoa com os outros subsistemas. Dessa forma, quando o microssistema familiar não apoia o fim do casamento e é mais conservador, este tem o poder de influenciar as ideias do próprio indivíduo que provém dessa família. Isto é o que McGoldrick (1995) chama de fluxo vertical, os valores familiares que são transmitidos intergeracionalmente. Assim, para P torna-se mais sofrido aceitar esse acontecimento devido à influência de seu microssistema familiar.

O fato da filha ter passado um tempo morando com P, enquanto a mãe estava sempre em viagens, pois estava realizando um doutorado em São Paulo, pode ter sido outro fator que contribuiu para que P sentisse ainda mais a separação. Somado a isso, com toda essa proximidade que P e C tinham até então, após a separação, C e M foram morar no interior de São Paulo onde a filha tem contato com familiares das duas famílias. M fez isso também porque tinha medo, segundo ela, P ficou receoso de que o namorado de M pudesse ter um comportamento inadequado com sua filha.

C, ao falar do processo do divórcio, tem um discurso focado no mundo concreto, o que é previsto por Piaget (1988) que explica os tipos de pensamentos na idade pré-escolar que são, normalmente, rígidos, capturados pela aparência e que têm como referência a própria perspectiva. De acordo com Newcombe (1999) e Souza & Ramires (2006), isto pode servir de proteção frente à situação de divórcio parental na idade pré-escolar. Além disso, C demonstra ter minimamente um entendimento do que aconteceu, que seus pais se separaram devido a desentendimentos conjugais, mas continuarão a exercer o papel de pai e de mãe. Ela apresenta no seu discurso também uma presença da ideia de causa e efeito, esperada para essa faixa

etária, (PAPALIA E FELDMAN, 2013). Apesar disso, demonstra também a existência de detalhes que ela desconhece. Isto pode ser observado a seguir:

Eles se separaram, a mamãe cansou de ficar com o P, dai eles se separaram. M teve a ideia de se mudar pra cá, dai eu só posso ver o papai nas férias ou ele vem pra cá. Bom, meio que eles deram umas conversinhas que eu queria saber também, (C)

P e M disseram que não houve uma preparação em si para o processo do divórcio com a criança, mas eles nas próprias ações parecem ter se preocupado com seu bem-estar durante todo processo do divórcio e ao contarem sobre a separação fizeram questão de pontuar o lado positivo que os pais continuariam junto dela, isso pode ter contribuído para o movimento de adaptação da filha ter sido menos impactante, o que remete ao que Papalia e Feldman (2013) explanam a respeito da forma como os adultos falam com as crianças pequenas sobre um evento e a influência na capacidade de perdurar em sua memória. Provavelmente, a memória não é tão presente e detalhada para a criança devido a essa preparação ter sido breve e simples. Essa preocupação com o bem-estar da criança, com a presença de pais funcionais, remete à existência de fatores de proteção do contexto social, como bem definiu Cid (2011) anteriormente. Abaixo estão algumas falas dos pais em que se pode notar essa preocupação com C:

Ela vinha nos visitar. Ficávamos na mesma casa no início (...) tomávamos café, almoçávamos, mas ela (M) não dormia junto. (...) Ela falou que não queria afastar C de mim, que queria que ela convivesse com o pai e a mãe. (P)

Eu falei para ela que papai e mamãe não iriam mais ficar juntos (...) C na hora ficou bem triste, mas eu consegui lidar um pouco com isso e falei que seria legal que agora ela ia ter duas casas, a da mamãe e a do papai, então, ela ficou mais tranquila. (...). Desde o começo, falei que a gente iria estar juntos, só não iríamos estar nós três juntos na mesma casa, aí parece que ela acalmou. (P).

Eu acho que uma coisa que eu quero que ela mantenha é a imagem de pai-herói que ela tem, sabe? (...) Ainda que essa imagem possa me prejudicar e ela possa pensar que a mãe é louca, que saiu de casa. Mas eu lido melhor com isso do que ela lidaria com a imagem de um pai que não é tão bacana. (M)

Além da questão do falar sobre o evento e se preocupar com o bem-estar da filha durante o processo de separação, P e M concordaram sobre o fato da mãe estar longe em muitos momentos, por estar envolvida com os estudos, e poder oferecer menor contribuição quanto à percepção da criança sobre a quebra da estrutura familiar:

Ano passado ela ficou muito só com ele, acho que isso foi um pouco mais fácil porque não foi uma separação assim que estava todo mundo junto almoçando e jantando na mesma mesa e, de repente, separou. (M)

C nasceu no meio do mestrado de M, acho que a C não sentiu tanto por causa disso. M ficava já muito fora, acho que se estivéssemos os três juntos, como uma família, e de repente, um saísse, acho que ela sentiria mais.

Se por um lado, a ausência da mãe em vários momentos já ser algo comum para a criança, pode ter contribuído para a quebra da estrutura familiar ter sido menos impactante. Por outro, segundo P., a criança não parece ter lidado sempre bem com isso, o que pode ser exemplificado com a demonstração constante de insegurança por parte de C, em situações em que até mesmo se humilhava para manter relações de amizade,

C, então, parece compreender o que aconteceu com seus pais, embora tenha relatado que sente muita a falta do pai. Isso pode ser explicado também pelo fato da criança, no último ano em que os pais ainda estavam casados, ter ficado grande parte do tempo só com o pai. Somado a isso, C e P não vivem na mesma cidade agora. C, então, aborda uma das necessidades básicas da criança citadas por Portugal (2011), a necessidade de afeto por meio de experiências de proximidade física não completamente proporcionada para ela nesse momento. Essa necessidade de maior proximidade com o pai também aponta para uma aparente existência de um apego seguro nessa relação (pai-filha), pois P esteve sempre presente para C com a construção de um vínculo inicial, como um pai responsivo às suas necessidades, fator que propicia o desenvolvimento desse tipo de apego, segundo Bee (2003).

C: (...) Bem, mas eu não gosto de ficar longe do meu pai, meu pai disse até que quando eu crescer mais um pouquinho, eu posso morar aqui e um pouquinho lá.

Com essa explicação do pai, C parece ficar um pouco mais tranquila, o que está de acordo com o que Bowlby (1998) explica a respeito da menor ansiedade de separação

presente na idade pré-escolar, quando há o entendimento de que a figura cuidadora continua a existir e voltará, mesmo que fique ausente por um tempo.

7.1.2 A saúde dos pais

C não cita nada que remeta a algum problema de saúde atual dos pais, seja físico ou mental. O único comentário que faz referente à saúde é quando responde a uma das tarefas da entrevista que sugere que um dos pais estaria doente e C responde, prontamente, que procuraria saber como ele ou ela está, o que pode representar uma capacidade de empatia manifesta por C, mesmo que de forma incipiente, como citada por Papalia e Feldman (2013), e continuaria suas atividades normalmente. Pode ser entendido também como uma experiência de adaptação de C e uma capacidade de regulação das emoções explicitada por Dunn (1994), pois, a saúde dos pais parece não a preocupar tanto. Segue a resposta de C:

Eu tento ler a minha tarefa sozinha, ver a página na agenda, daí eu mando umas mensagenzinhas para eles quando eles ficarem doentes, eu pergunto se tá tudo bem, eu pergunto pro médico quando o papai ou a mamãe vão voltar para casa.

Pode-se notar essa capacidade adaptativa no processo de divórcio dos pais, o que pode ter sido facilitado devido a ainda incipiente maturação das estruturas cognitivas nessa faixa etária, o que Souza e Ramirez (2006) chamam de porosidade cognitiva, pois, apesar do pai ter apresentado sofrimento psíquico, ter buscado ajuda de psicólogo e psiquiatra, incluindo medicação, isso não parece afetar C. Porém, além da capacidade de adaptação da filha, o pai também soube lidar com isso, pois cumpriu suas funções parentais de forma efetiva, apesar de não estar tão bem psicologicamente, algo apresentado com detalhe na categoria que segue. Este fato não corrobora com o que a literatura afirma sobre o bem-estar parental, pois, segundo Du Rocher Schudlich & Cummings (2007), se há um aumento do estresse parental devido ao divórcio, com comprometimento do bem-estar, haverá uma diminuição da efetividade dos pais. No caso estudado, apesar do pai ter apresentado sofrimento psíquico, não o deixa transparecer para a filha e tem uma função parental satisfatória, como explicitado na categoria abaixo.

7.1.3 Parentalidade pós-divórcio

Tanto P como M sempre estiveram atentos às necessidades de proteção e cuidado com C, de forma incondicional, colocaram como prioridade a relação deles com C durante todo o processo de divórcio. Mesmo no caso de P, que não queria a separação a princípio e sofreu emocionalmente com isso, ele fazia questão de mostrar a filha sua presença constante, mesmo que a distância, e que a relação entre eles não mudaria. Isto garante, então, a C. a presença de práticas parentais adequadas, as quais servem como fator de proteção para a filha, pois, assim como defende Martins (2010), a elaboração do divórcio pela criança dependerá, entre outros fatores, de como ficam estabelecidos os vínculos pós-divórcio. P aborda a questão da parentalidade a seguir:

É um relacionamento bom porque, assim, ... C fica comigo, ela fica bem, ela não fica chorando querendo a mãe ou ir embora.

Ela me conta as coisas que faz, não vou dizer que não tenho ciúme porque tenho sim dela com o J (namorado da M). Mas tento deixar ela bem tranquila para ela perceber que não fico bravo, né? Porque quero saber da vida dela e das coisas que acontecem, né?

A adaptação da filha também pode, então, ser explicada por um exercício devido da parentalidade. São pais que aparentam estar bem, ao menos na frente da criança, não brigam quando C está presente, são responsivos e garantem proteção à criança.

Quero dar a C o mínimo de estrutura, então, vou para onde estão os parentes dela. (M)

Ela sempre fica bem comigo, né? Tem vezes que até é ruim, assim, porque na hora que eu vou embora, ela fica um pouco tristonha. Isso me magoa. Eu levo ela na casa dos priminhos porque aí ela brinca com eles e nem lembra muito que eu existo, né? (risos) (P)

C também não parece perceber essa relação pais-filha como algo negativo e mais uma vez tem uma descrição bastante concreta da situação, sem utilização de adjetivos ou qualificações, o que já é esperado nessa faixa etária, e com ausência de uma conexão lógica no discurso, de acordo com o que é esclarecido por Bee (2003), isto pode ser notado na fala a seguir:

Bom, a gente primeiro se arruma para ir pro parque, eu escolho o lugar, mas eu nunca escolhi a Casa Mal Assombrada.(...) Minha amiga viajou com o pai e com a mãe porque eles não são separados, eles foram lá para Fortaleza no Beach Park. Eu fui sozinha com meu pai pro Beto Carreiro e eu entrei dentro de uma barriga de uma cobra (risos) (C)

Dessa forma, ao pensar no modelo ecológico-sistêmico em um nível microssistêmico familiar, C, por possuir uma família mais aberta (principalmente, a mãe) à existência de diferentes estilos de vida e por ter uma família que oferece segurança a ela, independentemente do que aconteça, parece aceitar mais facilmente a situação de divórcio parental. Além do microssistema familiar, também podem ter favorecido a existência de outros microssistemas, como a rede de saúde e os auxílios psicológicos ofertados tanto à filha como ao pai, e o ambiente cultural flexível que os pais frequentam.

7.1.4 Relacionamento entre os ex-cônjuges

Os ex-cônjuges, na maior parte do tempo, mantiveram um relacionamento amistoso entre si em função da filha. Apenas em poucos momentos, por eles, atualmente, superados, tiveram algumas brigas, mas longe da criança. Essas aconteceram em virtude de P não querer o divórcio inicialmente, e, depois, novamente, quando ele soube que M estava namorando e quando ela resolveu ir embora da cidade onde estavam, justamente devido ao medo da reação de P. Hoje, P sente falta de C, mas evidencia comportamento adaptativo:

Às vezes, C, me cobra um pouco: por que você não mora aqui? Com o tempo, as coisas vão melhorando, já estou melhor do que anteriormente. (P)

Logo, o fator protetivo relacionado a ausência de conflito interparental (pelo menos na frente da criança) parece estar mantido, garantindo um ambiente familiar não estressante, o que não se reflete em reações negativas nas crianças (MACCOBY & MARTIN, 1983). Pode-se notar isso nas seguintes falas do ex-marido:

Procuramos pensar na C, então, a gente se dá bem, conversa. A gente praticamente não se vê, mas conversa. A gente mantém uma relação. (P)

É bom para ela entender que os pais não estão juntos, mas não brigam. (P)

O que minha psicóloga dizia era que se eu e a M. mostrássemos que estamos bem, ela ficaria bem. (P)

C parece ter uma visão neutra sobre o relacionamento dos pais e tende a se concentrar em detalhes exatos dos eventos, o que favorece o esquecimento rápido deles, além de que, como defendem Papalia e Feldman (2013), a não participação ativa da criança naquela memória a respeito do relacionamento entre os pais, facilita também a fato de C não saber explicar tanto sobre o tipo de relacionamento que eles mantêm. Há, assim, interações bem claras entre o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo na idade pré-escolar, como explanam Deldime e Vermeulen (2004). Isso é percebido na comunicação de C. a seguir:

Ah.. não sei direito o que meus pais fazem, eles conversam, às vezes conversam. Eu fico olhando eles conversando na mesa sobre coisas que eles ficam fazendo...(C)

7.1.5 Mudanças na rotina no ambiente familiar

Assim como em todo processo de divórcio, este veio acompanhado de algumas mudanças no ambiente familiar. Essas mudanças, porém, segundo os pais, parecem ter sido um pouco menos sentidas por C, devido a já não estarem mais os três juntos no ano passado. Além disso, apesar dos pais considerarem que não fizeram uma preparação, de fato, com a filha, eles explicaram quando foram contar a notícia que não seriam mais “namorados”, mas que estariam juntos (a mãe e a criança e o pai e a criança), apenas não mais os três na mesma casa. Falaram também dos pontos considerados positivos por eles, que ela agora teria duas casas, entre outras coisas.

Entre as mudanças ocorridas, estão: a mudança de cidade da filha, o distanciamento do pai, a ausência de viagens com os três juntos e a vinda do namorado da mãe para a casa atual delas, onde estão agora os três juntos na mesma casa (C, M e o namorado de M).

A mudança que parece ter tido um impacto maior foi a mudança de cidade e o distanciamento do pai. P e C relatam sofrimento devido a essa distância:

Bem, mas eu não gosto de ficar longe do meu pai, meu pai disse até que quando eu crescer mais um pouquinho, eu posso morar aqui e um pouquinho lá (C).

Quando M mudou (...), eu fiquei muito triste, é claro né? Por não estar mais perto de C(...) Parece que C gosta muito de morar com M(...) Acho que é importante C ficar um tempo lá para criar algumas raízes e fazer amizades. (P)

M relata também que apesar de estar mais próxima da filha, C a desafia muito, principalmente, sobre o fato de ter que dormir sozinha agora, pois ela dormia na cama com o pai. A criança desafia muito a autoridade da mãe. Estão sendo atendidos por uma psicóloga para trabalhar exatamente essa questão. Com P, a filha está mais carinhosa e fisicamente próxima quando o encontra, segundo ele, isso ocorre, pois, não se veem sempre.

Segundo afirmação dos pais, C sempre foi uma criança insegura, com pensamentos derrotistas frente às dificuldades, por mais simples que fossem. Fez acompanhamento psicológico devido a essa insegurança, mesmo quando seus pais ainda estavam casados.

Nas respostas da criança a situações criadas na entrevista que remetem a mudanças, ela parece encarar de forma satisfatória e apresenta respostas adaptativas, nota os pontos positivos das situações. Isso se deve ao fato dos principais fatores de proteção abordados na literatura e citados nas categorias anteriores estarem presentes no caso de C: o bem-estar parental, a ausência de conflito interparental e as práticas parentais adequadas.

Assim, ao se levar em consideração o modelo ecológico-sistêmico de Bronfenbrenner & Morris (1998), microsistemas (por exemplo, família acolhedora e responsiva às necessidades da criança), exossistemas (mudanças na legislação, como por exemplo, o surgimento da Lei do Divórcio), macrossistemas (contexto mais amplo, cultura e economia que propiciam o aumento do número de divórcio) e o cronossistema (contemporaneidade e o fato da existência de diferentes modelos de relacionamentos) estão todos envolvidos no processo de adaptação e entendimento do processo de divórcio parental vivenciado por C, mesmo que de forma indireta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou-se relevante ao considerar, como visto em revisão da literatura, o contexto diferenciado no qual os relacionamentos amorosos ocorrem nos dias atuais e o crescente número de divórcios presentes. Nestes contextos os filhos são, muitas vezes, os mais afetados e o entendimento da percepção deles sobre as mudanças em sua vida no ambiente familiar, após o divórcio, faz-se essencial.

Na era da Modernidade, o modelo de família era centrado no núcleo conjugal, com um ideal de amor romântico atrelado ao surgimento desse modo específico de se relacionar, citado por Cunha e Silva (2013), com uma família nuclear constituída por pai (responsável pelo sustento da casa), mãe (responsável pelo cuidado do filho e do lar) e criança. Com o surgimento da contemporaneidade, o modelo de família e conjugalidade é modificado e, então, há a observação da existência de antigos e velhos modelos convivendo (BORGES e MAGALHÃES, 2013). Hoje, há uma infinidade de arranjos conjugais possíveis e diversos modelos de família, e passa-se a esperar muito mais da relação. Busca-se amor, companheirismo, autorrealização, segurança emocional (NORGREN, 2002).

Com a modificação dos valores pregados pelos indivíduos e pela sociedade, com o surgimento de leis que propiciaram o crescente aumento de número de divórcios, o presente trabalho conseguiu atingir o objetivo a que se propôs e trouxe interessantes contribuições para o entendimento da percepção dos filhos pequenos frente ao divórcio parental.

Com o contexto acima exposto, ao se levar em consideração o modelo ecológico-sistêmico e os fatores de proteção e risco para crianças frente ao divórcio parental, acreditava-se que o entendimento do processo de separação conjugal dependeria das inter-relações entre a criança e os outros subsistemas, principalmente, o subsistema parental. Assim, o que se esperava era que com a garantia de pais saudáveis, com práticas parentais adequadas (responsivos e protetores) e sem conflito interparental, as crianças tenderiam a apresentar uma melhor adaptação ao processo de divórcio parental.

No presente estudo, por meio dos relatos da filha, evidenciou-se que esta parece estar em processo de adaptação ao divórcio ainda, pois, apesar de aparentemente entender, de forma concreta, o que aconteceu com seus pais, ainda relata sofrimento e saudades, principalmente, em relação ao pai e à mudança de cidade.

Assim, mesmo com os relatos dos pais, por meio das entrevistas, sobre sempre terem se preocupado com o bem-estar da filha e a colocado como prioridade para eles, não se pode

declarar que ela esteja bem adaptada completamente à nova situação. O que existem são indícios de que ela esteja conseguindo seguir a vida.

A criança entende que agora possui pais que moram em casas separadas e que não verá mais sempre o pai, porém, parece focar nos pontos positivos das mudanças que estão ocorrendo. Este fato nos remete à existência de um microssistema familiar que oferece proteção e cuidado à criança, e que consegue separar o subsistema parental do conjugal.

Em relação à percepção da criança no que diz respeito à saúde dos pais, esta, talvez por ainda estar na idade pré-escolar e não ter suas estruturas cognitivas completamente desenvolvidas (o que acarreta um foco maior em detalhes e aparências), não nota qualquer tipo de problema ou doença, apesar do pai, por exemplo, ter apresentado sofrimento psíquico durante o processo. Isto também pode ser explicado pelo fato dele não deixar transparecer esse sofrimento para a filha.

Sob o ponto de vista da parentalidade pós-divórcio, a filha não cita pontos negativos da relação com os pais ou quaisquer qualificações para tal, o que pode ser também esperado nessa idade com um discurso sem muita complexidade lógica. O relacionamento entre os ex-cônjuges também é percebido de maneira neutra por ela.

Ao falar das mudanças na rotina no ambiente familiar, os pais relatam que, por não terem estado mais todos juntos fisicamente no ano anterior, a filha pode ter sentido menos a mudança estrutural na família. Nas falas da filha, o que se nota é que sente muita falta do pai, e que se alivia quando pensa que quando crescer poderá morar um pouco em cada casa. A mãe nota a filha mais desafiadora em algumas atividades que lhe são solicitadas em casa e o pai percebe a filha mais carinhosa do que costumava ser quando o encontra. No caso da mãe, isto pode ocorrer em razão da inconstância da sua presença na vida da filha anteriormente e, no caso do pai, pode estar relacionada a uma insegurança já existente como característica da filha, somada a uma elaboração do luto pelo processo de divórcio parental que ainda está sendo processado.

Dessa forma, esta pesquisa apresenta possibilidade de compreensão de como crianças nessa faixa etária percebem as mudanças advindas do processo de divórcio parental e de alguns fatores que podem contribuir para uma melhor adaptação infantil. Considera-se que pode ser relevante para o campo da Psicologia Clínica, na área de terapia familiar. É um trabalho útil também para profissionais que trabalham com crianças em geral, para que possam ficar atentos ao lidar com crianças que vivenciam esse tipo de processo de transição.

Apesar disso, a presente pesquisa, por se tratar de um estudo de caso com uma faixa etária específica, não permite generalização a respeito do entendimento de outras crianças, em

outras faixas etárias, com pais distintos e, enfim, que vivem em contextos diferentes, sobre as mudanças ocorridas no processo de divórcio parental.

Propõem-se, assim, novos estudos sobre essa temática com populações maiores e distintas, principalmente, com arranjos familiares mais recentes, como, por exemplo, com casais homoafetivos com filhos adotivos, entre outros.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE - NOTÍCIAS. Estatísticas do Registro Civil. Casamentos duram em média 14 anos no Brasil. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/22866-casamentos-duram-em-media-14-anos-no-brasil> > Acesso em 20 jan.2019.

AINSWORTH, M. D. Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 709-716, 1989, p.711.

ALMEIDA, T. 2014. O processo da escolha conjugal sob a perspectiva da Psicanálise Vincular. *Pensando Famílias*, 18(1):3-18, 2014.

AMORIM, A.N.; STENGEL, M. 2014. Relações customizadas e o ideário de amor na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia*, 19(3):157-238, 2014.

ANGELO, C. A escolha do parceiro. In: ANDOLFI, M.; ANGELO, C. e SACCU, C. (org.) *O casal em crise*. São Paulo: Summus, 1995. p. 47- 57, p.49.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, Junho, 2002.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.279

ASTINGTON, J.W., & GOPNIK, A. Theoretical explanations of children's understanding of the mind. In: G. E. Butterworth, P. L. Harris, A. M., Leslie, & H. M. Wellman (Eds.), *Perspectives on the child's theory of mind* (pp. 7-31). New York: Oxford University Press, 1991.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

_____. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Z. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6515.htm> Acesso em 20 jan 2019.

_____. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 11.441, DE 4 DE JANEIRO DE 2007. Altera dispositivos da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11441.htm> Acesso em: 20 jan.2019.

_____. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66, DE 13 DE JULHO DE 2010. Dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc66.htm> Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 13.058, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm> Acesso em 20 jan. 2019.

BEE, Helen. A criança em desenvolvimento/ Helen Bee; trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. – 9 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2003, p.351.

BERTALANFFY, L.V. *Teoria Geral dos Sistemas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

BOELEN, P.A.; PRIGERSON, H.G. (2007). The influence of symptoms of prolonged grief disorder, depression, and anxiety on quality of life among bereaved adults. A prospective study. *European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience*, 257,444-452.

BORGES, Carolina de Campos; MAGALHAES, Andrea Seixas. Individualism, life trajectories and plans of constituting a family. *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 30, n. 2, p. 177-185, June 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Jan. 2019.

BORGES, C.C.; MAGALHÃES, A.S.; FÉRES-CARNEIRO, T. 2014. Liberdade e desejo de constituir família: percepções de jovens adultos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(3):89-103.

BOSS, P. *Ambiguous loss: learning to live with unresolved grief*. Cambridge: Harvard University, 1999.

_____. *Loss, trauma, and resilience: therapeutic work with ambiguous loss*. New York: W.W. Norton, 2006.

BOWLBY, J. Developmental psychiatry comes of age. *American Journal of Psychiatry*, 145, 1-10, 1988.

_____. *Formação e rompimento dos laços afetivos* (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1969), 1997.

BOWLBY, J. “Apego e Perda” (v.1). In: BOWLBY, J. *Apego: a natureza do vínculo*. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRITO, L. M. T. de. Pais de fim de semana – questões para uma análise jurídico-psicológica. *Revista Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro: PUC RJ, 8(8), 139-152, 1995.

_____. Impasses na condição da guarda e da visitação: o palco da discórdia. In: Pereira, R. da C. (Org.). *Família e cidadania – o novo CCB e a vacatio legis* (pp. 433-447). Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey, 2002.

_____. Guarda conjunta: conceitos, preconceitos e prática no consenso e no litígio. In: Pereira, R. da C. (Coord.). *Afeto, ética Família e o novo Código Civil* (pp.355- 367). Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

_____. Guarda Compartilhada: um passaporte para a convivência familiar. In: *Guarda Compartilhada: aspectos psicológicos e jurídicos*. Organizado por Associação de Pais e Mães Separados (pp.53-71). Porte Alegre: Equilíbrio, 2005.

_____. Família Pós- Divórcio: A visão dos filhos. In: *Psicologia: Ciência e Profissão/ Conselho Federal de Psicologia*, 27(1), 32-45, mar, 2007.

BRITO, A., JENNINGS, A. R., LIMA, A. N. F., PORTILHO, G. B., ARAÚJO, M. W., OLIVEIRA, A. R. N., & ALOISE, M. A realidade do divórcio retratada pelas mulheres do Conjunto Rio Verde. *Opinio Verbis*, 3(1), 111-117, 2006.

BROFENBRENNER, U., & MORRIS, P. A. The ecology of developmental processes. In W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.). *Handbook of child psychology, v.1: Theoretical models of human development*. (pp. 993-1028). New York: John Wiley, 1998.

CARTER, B., & McGoldrick, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CEZAR-FERREIRA, V.; MACEDO, R. *Guarda Compartilhada: uma visão psicojurídica*. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

CID, M.F.B. *Saúde Mental de escolares: um estudo de prevalência e de fatores de risco e proteção*. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2011.

CUNHA, Tânia; SILVA, Ivana. Casamento: representações, mudanças e permanências a partir do olhar feminino. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1371407079_ARQUIVO_ARTIGOCASAMENTOFAZENDOGENERO10rtf.pdf> Acesso em: 21 mar. 2018.

DELDIME, Roger; VERMEULEN, Sonia; PINTO, Mário F. *O desenvolvimento psicológico da criança*. 1999.

DEL PRIORE, Mary. História do Amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2005, p.26.

_____. Pequena história do amor conjugal no ocidente moderno. In: Estudos da Religião, Ano XXI, nº 33, pp. 128/135, Julho/Dezembro, 2007.

_____, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

DIAS, M. B. Guarda Compartilhada. Revista Jurídica consulex. Brasília, DF: *Consulex*, v.12, n.275, 30 jun 2008, p.26.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família burguesa. In: DEL PRIORE, M.; BASSANEZI, C. (org.) *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contextos, 2011, p.223-240.

DU ROCHER SCHUDLICH, TD; CUMMINGS, EM. Parental dysphoria, marital conflict, and parenting: relations with children's emotional security and adjustment. *J Abnorm Child Psychol*. 2007; 35:627-39.

DUNN, J. (1994) Experience and understanding of emotions, relationships, and membership in a particular culture. In: P. Ekman & R. J. Davidson (Eds.), *The nature of emotion: Fundamental questions* (pp. 352- 355). New York: Oxford University Press.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Família e Casamento. In: Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Vitória: ABEP. v. 1, p. 31-50, 1982, p.32.

FÉRES-CARNEIRO, T. "Contemporary Marriage: The Difficult Association between individuality and conjugality". *Psicologia, Reflexão e Crítica*, n.11, p. 379-394,1998, p.387.

_____. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 367-374, 2003.

_____. ENTREVISTA FAMILIAR ESTRUTURADA - EFE: UM MÉTODO DE AVALIAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES. *Temas de Psicologia*, J997, n.3, p.63-94. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v5n3/v5n3a07.pdf>> Acesso em 22 jan. 2019.

FERNANDES, C. L. C.; CURRA, L. C. D. *Ferramentas de Abordagem Familiar*. PROMEF. Organização SBMFC, p. 13-29. Porto Alegre: Artmed/Panamericana Editora, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da língua portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p.

FLAVELL, J. H., GREEN, F. L. & FLAVELL, E. R. (1990). Developmental changes in young children's knowledge about the mind. *Cognitive Development*, 5, 1-27.

FONSECA, Priscila Maria Pereira Correa da. Síndrome de alienação parental. *Pediatria (São Paulo)* 2006;28(3)162-8. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32874-40890-1-PB.pdf>> Acesso em 20 jan.2019.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p.148.

GOLDENBERG, M.. Sobre a invenção do casal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1(1), 89- 104, 2001.

GOPNIK, A. & WELLMAN, H. M. The theory theory. In: L. A. Hirschfeld & S. A. Gelman (Eds.), *Mapping the mind* (pp. 257- 293). Cambridge University Press, 1994.

GOTTMAN, John M. The world of coordinated play: Same-and cross-sex friendship in young children. 1986.

GRZYBOWSKI, Luciana Suárez; WAGNER, Adriana. Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília , v. 26, n. 1, p. 77-87, Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Jan. 2019.

HENNIGEN, I. Os discursos das disciplinas PSI sobre o pai. In: GUARESCHI, N.M.F.; HUNING, S.M. (Org.) *Implicações da Psicologia no contemporâneo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p.103-134.

HETHRINGTON, EM; KELLY, J. *For better or for worse: divorce reconsidered*. New York: Norton; 2002.

HUTZ, C.; KOLLER, S. H. & BANDEIRA, D.R. Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. *Coletâneas da ANPEPP*, v.1., n.12, p.79-86, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Notícias. Registro Civil 2010: Número de divórcios é o maior desde 1984. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2031&t=registro-civil-2010-numero-divorcios-maior-desde-1984&view=noticia>> Acesso 20 jan.2019.

_____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estatísticas do Registro Civil 1984-2011; Projeção da População por Idade e Sexo para o período 1980-2050 - Revisão 2008; Censo Demográfico 2010; Estimativas da População residente nos municípios brasileiros para 1o de julho de 2011, p.40.

_____. *Estatísticas do registro civil 2013*. Rio de Janeiro, v. 40, p.1- 212, 2013. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2013_v40.pdf> Acesso em 20 jan. 2019.

JABLONSKI, B. 2011. O país do casamento segundo seus futuros habitantes: pesquisando atitudes e expectativas de jovens solteiros. In: T. FERES-CARNEIRO (org.), *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*. São Paulo, Casa do Psicólogo, p. 27-42.

JESSOR, R. et al. (1995). Protective factors in adolescent problem behavior: Moderator effects and developmental change. *Developmental Psychology*, 31, 923-933.

JORGE, M. M. *Separação conjugal em famílias de baixa renda*. Dissertação de Mestrado. Psicologia. Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto, 2003.

LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*. Paris: Editions de Minuits, 1979.

KELLY, JB. Children's adjustment in conflicted marriage and divorce: a decade review of research. *J Am Acad Child Adolesc Psychiatry*. 2000;39:963-73.

LANSFORD, JE. Parental divorce and children's adjustment. *Perspect Psychol Sci*. 2009;4:140-52.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1994, p. 34.

MACCOBY, E; MARTIN, JA. Socialization in the context of the family: parent-child interaction. In: Hetherington EM (org.). *Handbook of child psychology: socialization, personality, and social development*. New York: Wiley; 1983, p. 1-101.

MACFARLANE, Alan. *A história do casamento e do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MAGALHÃES, A. S., & FERES-CARNEIRO, T. A conjugalidade na série identificatória: Experiência amorosa e recriação do eu. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 16(176),41-50, 2003.

MARCHÃO, A. Práticas educativas na creche: questões e problemáticas. *Cadernos de Educação de Infância*, abr./mai. /jun. de 2003, pp. 14-17, p.14.

MARTINS, Ana IR. *Impacto do divórcio parental no comportamento dos filhos: Factores que contribuem para uma melhor adaptação. Implicações Médico-Legais*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Universidade do Porto, Portugal, 2010.

MARTINS, Christiane. *Os mitos familiares na construção da conjugalidade*. 2012, 122p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MCGOLDRICK, M. & CARTER, B. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2ª ed. São Paulo: Artmed, 1995.

MCGOLDRICK, Monica. As mulheres e o ciclo de vida familiar. In: CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica (cols.). *As mudanças no ciclo de vida familiar - uma estrutura para a terapia familiar*. 2ª ed. São Paulo: Artmed, 1995, p. 30-64.

McINTOSH, JE. Enduring conflict in parental separation: pathways of impact on child development. *J Fam Studies*. 2003; 9:63-80.

MIGUEL, FVC. A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada. *Revista Odisséia*. 2010; jan-jul (5).

MILLER, Scott A. *Parenting and theory of mind*. New York: Oxford University Press, 2016.

MINUCHIN, S. *Famílias: Funcionamento e Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MINUCHIN, S. *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

NAZARETH, E. R. Com quem fico, com papai ou com mamãe? – Considerações sobre a Guarda Compartilhada – Contribuições da psicanálise ao Direito de Família. In: Nazareth, E. R. (Coord.). *Direito de Família e ciências humanas* (2ª. Ed., pp. 77-86). São Paulo: Jurídica Brasileira. Cadernos de Estudos 1, 1997.

NEWCOMBE, Nora. *Desenvolvimento Infantil: abordagens de Mussen*. 8º ed. Porto Alegre. Artmed, 1999.

NOGUEIRA, C. S. S. *Novas formas de lidar com o processo da separação conjugal na modernidade líquida*. Dissertação de Mestrado. Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006.

NORGREN, Maria de Bethânia Paes. *Para o que der e vier? Estudo sobre casamentos de longa duração*. 2002, 185p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002, p.28.

NORGREN, M. de B. P. et al. Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. *Estudos de Psicologia*, v.9, n.3, p. 575-584, set./dez. 2004, p. 583.

NUNES-COSTA, RA; LAMELA, JPV, FIGUEIREDO, BFC. Adaptação psicossocial e saúde física em crianças de pais separados. *Rev Pediatr*. 2009;85: 385-96.

PAPALIA, D., OLDS, S. & FELDMAN, R. *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth D. *Desenvolvimento humano*. Artmed Editora, 2013.

PARKES, C.M. *Luto: Estudos sobre a perda na vida adulta*. São Paulo: Summus, 1998.

PASSOS, M. C. Vicissitudes do tempo na formação dos laços familiares. In T. Féres-Carneiro, (Org). *Família e Casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos* (pp. 11-23). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2015.

PECK, J. S. & MANOCHERIAN, J. (1995). O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. In McGoldrick, M. & Carter, B. (Org.). *As mudanças do Ciclo de Vida Familiar: Uma estrutura para a Terapia Familiar* (Cap. 15, pp. 291-320). Porto Alegre: Artes Médicas, p.303.

PIAGET, J. *A representação do mundo na criança*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1968.

PORTUGAL, G. Finalidades e práticas educativas em creche: das relações, actividades e organização dos espaços ao currículo na creche. Porto: CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, 2011, p.5.

RABELLO, Elaine T.; PASSOS, José Silveira. *Vygotsky e o desenvolvimento humano*. Disponível em: <<https://josesilveira.com/wp-content/uploads/2018/07/Artigo-Vygotsky-e-o-desenvolvimento-humano.pdf>> Acesso em 13/11/2018, v. 5, 2013.

_____. *Vygotsky e o desenvolvimento humano*. Portal Brasileiro de Análise Transacional. Disponível em: <<http://www.josesilveira.com/artigos/vygotsky.pdf>>. Acesso em 19 jan.2019.

RAMOS, Danielle Marques dos; NASCIMENTO, Virgílio Gomes do. A família como instituição moderna. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 461-472, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922008000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 jan. 2019.

RAPOSO, H. et al. Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Revista Psiquiatria Clínica*, Braga, v. 38, n.1, p.29-33,2011.

RIBEIRO, A. M. Curso de Formação Profissional em Educação Infantil. Rio de Janeiro: EPSJV / Creche Fiocruz, 2005.

RÍOS GONZÁLEZ, J. A. Los ciclos vitales de la familia y la pareja. Madrid: CCS, 2005.

RUTTER, M. (1987) Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Orthopsychiatric Association*, 57(3), 316-331.

SANTOS, Mariana Monteiro Silva. Os efeitos do divórcio na família com filhos pequenos. *Psicologia.PT*. O portal dos psicólogos. Documento produzido em 08.12. 2013. Disponível em:< <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0342.pdf>> Acesso em 16 jan. 2019.

SILVA, R. N. da. *A invenção da psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, Cristiane Rocha. GOBBI, BC (UFLA); SIMÃO, AA (UFLA). *O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método*. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SINGLY, F. *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris: Nathan, 1993.

SOUZA, R. M. de. Começar de novo: as mulheres no divórcio. In: MEIRELLES, V. (Org.). *Mulher do século XXI*. São Paulo: Roca, 2008, p.53.

SOUZA, R. M.; RAMIREZ, V. Amor, casamento, família, divórcio... e depois, segundo as crianças. 1. ed. São Paulo: Summus, 2006.

STAKE, R. Case Studies. In: DENZIN, N.; LINCOLN, T. *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, 2005.

STRAUBE, K. M., GONÇALVES, M. de P. & CENTA, M. de L. Percepção dos filhos sobre o divórcio dos pais. *Família Saúde Desenvolvimento*, 5 (3), 173-184, 2003.

TUDGE, J. A teoria de Bronfenbrenner: uma teoria contextualista? In: Moreira, L.; Carvalho, A M A. *Família e Educação: olhares da psicologia*. São Paulo, Paulinas: 2008, p. 209-231.

VANDEWATER, EA, LANSFORD, JE. Influences of family structure and parental conflict on children's well-being. *Fam Relat.* 1998;47: 323-30.

VIEGAS, I. L. F. A desvinculação amorosa na relação conjugal. Dissertação de Mestrado. Psicologia. Universidade de São Marcos, São Paulo, 2006.

WALLERSTEIN, J., LEWIS, J. & BLAKESLEE, S. *Filhos do divórcio*. São Paulo: Loyola, 2002.

WELLMAN, Henry M. *Making minds: How theory of mind develops*. Oxford University Press, 2014.

VEJA. BRASIL. Brasil registra taxa histórica de divórcios. Matéria publicada por Cida Alves em 30 nov. 2011. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/brasil/brasil-registra-taxa-historica-de-divorcios/>> Acesso em 20 jan.2019.

YALOM, Marilyn. *A história das Esposas: da Virgem Maria a Madonna: o papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje*. Rio de Janeiro: Ediouro,2002.

ZAGURY, T. O adolescente e a felicidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, 8(3), 681-689, 2003.

ZORDAN, E.; FALCKE, D.; WAGNER, A. Casar ou não casar? Motivos e expectativas com relação ao casamento. *Psicologia em Revista (Online)*, 15(2), 56-76, 2009.

ZORDAN, E.P. *A separação conjugal na contemporaneidade: motivos, circunstâncias e contextos*. (Tese de doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS), 2010.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CADA UM DOS PAIS PARA COMPREENSÃO DO PROCESSO DE DIVÓRCIO E SUAS CONSEQUENTES MUDANÇAS

- 1) Fale-me um pouco sobre o processo do divórcio, como aconteceu?
- 2) Vocês prepararam a criança? Se sim, como vocês contaram s criança?
- 3) Houve algum acordo com relação ao convívio dos genitores com a filha?
- 4) Quanto tempo foi de transição?
- 5) Como é o relacionamento entre você e sua filha atualmente? Percebeu alguma mudança após a separação?

APÊNDICE B

ENTREVISTA PARA COMPREENSÃO INFANTIL DA SITUAÇÃO FAMILIAR PÓS-DIVÓRCIO PARENTAL

- 1) Vocês vão precisar mudar de casa, como papai e mamãe organizam essa mudança?
- 2) Você tem lição e recebe a notícia que papai ou mamãe adoeceu e não pode cumprir o combinado de fazer a lição com você, o que você faz?
- 3) Papai e mamãe iriam viajar juntos com você para uma linda praia, porém eles brigam, cada um vai para um lado, o que você pensa sobre isso?
- 4) Papai ou mamãe chamam você para ir ao parque, como é o passeio? O que vocês fazem lá?
- 5) É aniversário da vovó e você chega com a mamãe lá e encontra o papai também, o que seus pais fazem? Eles conversam?
- 6) Mamãe diz que agora você precisará ir para uma nova escola, o que você pensa sobre isso?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente consentimento, declaro que fui convidado e informado/a, de forma clara e detalhada, dos objetivos e da justificativa do presente projeto de pesquisa, que busca compreender a perspectiva da criança acerca do divórcio dos pais. Estou ciente de que receberei resposta a qualquer dúvida sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com esta pesquisa; terei total liberdade para retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo ao vínculo criado com a pesquisadora em questão.

Em caso de eventuais desconfortos trazidos pela participação nesta pesquisa, quando caracterizada a necessidade de atendimento psicológico, tenho clareza de que a pesquisadora responsabilizar-se-á por meu encaminhamento para um Serviço de Atendimento Psicológico gratuito.

Aceito participar do presente estudo, bem como autorizo, para fins de pesquisa e de divulgação científica a utilização de anotações realizadas comigo. Entendo que o Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP manterá em sigilo os dados coletados, bem como a minha identidade e da minha família.

O pesquisador responsável por este Projeto de Pesquisa é: Marina Prado Franco (011) 95030-1900, sob orientação da Profa. Dra. Maria Helena Pereira Franco.

Data: // Nome do participante:

Assinatura do participante:

Pesquisador responsável:

Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, Rua Ministro Godói, 969 – sala 63 C, Bairro Perdizes, São Paulo-SP, tel. (011) 3670-8466 ou email: cometica@pucsp.br .

APÊNDICE D

TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR

Você está sendo convidado para participar desta pesquisa. Seus pais permitiram que você participe. Queremos compreender como você vê sua vida, após o divórcio dos seus pais.

A criança para participar desta pesquisa precisa ter entre 7 e 8 anos de idade, o que é seu caso. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, não haverá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita na sua casa ou em outro local escolhido pelo seu pai ou mãe, e nesta pesquisa você irá responder a uma entrevista com algumas perguntas. Para isso, serão usados papel, lápis grafite, lápis de cor e um gravador. O uso do (a) material é considerado seguro mas, se você não se sentir à vontade durante a entrevista ou ficar incomodado depois, pode procurar pelo telefone (011)95030-1900 a pesquisadora Marina Prado Franco. Além de seus pais, ninguém mais saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa deverão ser publicados, mas sem identificar que foi você que participou da pesquisa. Se você tiver alguma dúvida, pode me perguntar. Eu escrevi os telefones na parte de cima desse texto.

Eu _____ aceito participar da pesquisa que tem o objetivo de compreender como eu vejo minha vida, após o divórcio dos meus pais.

Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar bravo comigo. A pesquisadora tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

São Paulo, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante menor

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, Rua Ministro Godói, 969 – sala 63 C, Bairro Perdizes, São Paulo-SP, tel.(011) 3670-8466 ou email: cometica@pucsp.br

APÊNDICE E

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES DE IDADE

Caro Responsável/Representante Legal

Gostaríamos de obter o seu consentimento para o menor _____, participar como voluntário da pesquisa intitulada. O objetivo deste estudo é compreender como a criança percebe sua vida após o divórcio dos pais.

A forma de participação consiste em fazer uma entrevista com a criança, com apenas algumas perguntas dentro da temática estudada.

O nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante o anonimato e a divulgação dos resultados em meios científicos será feita de forma a não identificar os voluntários.

Considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de risco, nesta pesquisa o risco pode ser avaliado como: algum desconforto para realização da entrevista e pós-realização. Porém, havendo qualquer tipo de problema, a entrevista será interrompida e a pesquisadora ficará responsável por fazer o acolhimento necessário à criança até que tudo se normalize, podendo a criança continuar ou não.

São esperados os seguintes benefícios da participação: garantir uma oportunidade para a criança se expressar e falar um pouco dentro da temática estudada.

Gostaríamos de deixar claro que a participação é voluntária e que poderá deixar de participar ou retirar o consentimento, ou ainda descontinuar a participação se assim o preferir, sem penalização alguma ou sem prejuízo de qualquer natureza.

Desde já, agradecemos a atenção e a da participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Esse termo terá suas páginas rubricadas pelo pesquisador principal e será assinado em duas vias, das quais uma ficará com o participante e a outra com pesquisador principal. Pesquisador: Marina Prado Franco, Rua Cardoso de Almeida, 962, tel. (011)95030-1900.

Eu, _____ (nome do responsável ou representante legal), portador do RG nº: _____, confirmo que

Marina Prado Franco explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para participação do menor _____ (nome do participante da pesquisa menor de idade) também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para o menor participar como voluntário desta pesquisa.

Local e data: São Paulo, de de 20 .

(Assinatura responsável ou representante legal)

Eu, Marina Prado Franco, obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do participante da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

Marina Prado Franco

Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, Rua Ministro Godói, 969 – sala 63 C, Bairro Perdizes, São Paulo-SP, tel.(011) 3670-8466 ou email: cometica@pucsp.br .